

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Especialização em Culturas Políticas, História e Historiografia

Flávio de Almeida

JORNAIS E JORNALISTAS MINEIROS: A CENSURA À
IMPrensa PARTIR DA VIGÊNCIA DO AI-5

Belo Horizonte
2014

FLÁVIO DE ALMEIDA

JORNAIS E JORNALISTAS MINEIROS: A CENSURA À
IMPrensa A PARTIR DA VIGÊNCIA DO AI-5

Monografia apresentada como critério
de aprovação no curso de Especialização em
Culturas Políticas, História e Historiografia

Orientador: professor Rodrigo Patto Sá Motta

BELO HORIZONTE
2014

981.063
A447j
2014

Almeida, Flávio de
Jornais e jornalistas mineiros [manuscrito]: a censura à imprensa a partir da vigência do AI-5 / Flávio de Almeida.
- 2014.
72 f.
Orientador: Rodrigo Patto Sá Motta.

Monografia apresentada ao curso de Especialização em História - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas para obtenção do título de Especialista em História.

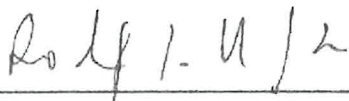
1.Censura. 2.Imprensa – Minas Gerais. 3.Jornalistas. 4.Brasil – História 1964-1985. I.Motta, Rodrigo Patto Sá. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.

ATA DA DEFESA DE MONOGRAFIA EM HISTÓRIA E CULTURAS POLÍTICAS DE FLÁVIO DE ALMEIDA

Aos **28 (Vinte e Oito)** dias do mês de **FEVEREIRO** de **DOIS MIL E QUATORZE** reuniu-se a banca examinadora da monografia em Especialização em História e Culturas Políticas com o título: "**Jornais e Jornalistas mineiros: a censura à imprensa a partir da vigência do AI-5**", composta pelos professores: **Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta (ORIENTADOR -FAFICH/UFMG)**, **Profa. Dra. Miriam Hermeto Sá Motta (FAFICH/UFMG)**, **Profa. Dra. Adriane Vidal Costa (FAFICH/UFMG)**. Procedeu-se à arguição, finda a qual os membros da banca examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade por sua aprovação, atribuindo à mesma nota 100, conceito A. Para constar, foi lavrada a presente ata, que vai datada e assinada pelos examinadores.

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2014.

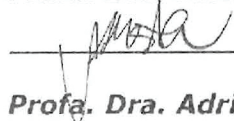
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta
(ORIENTADOR-UFMG)



Profa. Dra. Miriam Hermeto Sá Motta (FAFICH/UFMG)



Profa. Dra. Adriane Vidal Costa (FAFICH/UFMG)

AGRADECIMENTOS

Agradecer pessoas e instituições que contribuíram para uma empreitada como esta é uma tarefa inglória, pois há sempre o risco de se esquecer alguém, provocando, ainda que involuntariamente, uma injustiça difícil de ser reparada. Mas a omissão pura e simples é ainda menos recomendável. Por isso, registro aqui a minha gratidão àqueles que me acompanharam nessa caminhada.

À Universidade Federal de Minas Gerais, instituição na qual trabalho há mais de 20 anos, que me ofereceu a oportunidade de cursar essa pós-graduação tão importante para o meu crescimento pessoal e profissional.

Aos meus colegas de Universidade, Ana Rita Araújo e Itamar Rigueira Jr., que seguraram a barra no período em que estive ausente para me dedicar a este trabalho.

Aos colegas da especialização em Culturas Políticas, História e Historiografia, que ao longo de nossa convivência se transformaram em parceiros solidários de minhas angústias.

Aos professores do curso por deixarem entreaberta uma janela para compreensão do mundo que eu, talvez, não tenha sabido escancarar.

Em especial, agradeço ao professor Rodrigo Patto Sá Motta. Primeiro, por ter aceitado de imediato o convite para orientar este neófito na pesquisa histórica. Depois, pela orientação segura, serena e sempre disponível.

Agradeço também à professora Miriam Hermeto, docente da disciplina de metodologia de pesquisa, pelas aulas que subsidiaram a elaboração do projeto que norteou este trabalho. Sem elas não teria conseguido formular o “plano de voo” que me permitiu chegar até aqui. Se esse plano não foi bem executado, a culpa é exclusiva deste piloto inábil.

Um agradecimento especial a todos os entrevistados que generosamente abriram o baú de suas memórias, um patrimônio íntimo tão valioso que talvez não devesse ser compartilhado com desconhecidos.

Por fim, mas não menos importante, registro aqui minha eterna gratidão aos meus pais, Glória e Francisco, pelo apoio sempre incondicional, e à minha esposa, Leila, e à minha filha, Isabella, que ofereceram o que eu mais precisava para concluir essa travessia: compreensão.

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade estudar a censura política estabelecida nos jornais de Belo Horizonte logo após a instauração do Ato Institucional nº5, o AI-5, e seus efeitos sobre a prática profissional dos seus profissionais. A censura política em São Paulo e no Rio de Janeiro decorrente do AI-5 vem sendo investigada desde o final dos anos 1970 e já conta com um conjunto de trabalhos densos sobre as complexas relações entre Estado e Imprensa durante o regime militar. Entretanto, há poucos estudos específicos sobre a censura à imprensa de Belo Horizonte, embora a elite mineira tenha sido uma mais ativas apoiadoras do golpe militar de 1964, fornecendo também quadros políticos que ajudaram na sustentação do regime.

O presente estudo aborda a institucionalização da censura na capital mineira logo após o AI-5, a partir de instruções distribuídas pela Infantaria Divisionária da 4ª Região Militar (ID-4); as experiências de censura e autocensura vivenciadas nas redações dos jornais Estado de Minas/Diário da Tarde e O Diário; o nascimento de uma espécie de “filhote” da censura, o alternativo De Fato, na segunda metade dos anos 1970; a pressão exercida sobre os profissionais das sucursais que atuavam na capital; e a relação entre jornalistas e censores, caracterizada por um misto de jogos de acomodação, estranhamento e cordialidade.

As principais fontes deste trabalho foram 13 profissionais que trabalharam na mídia mineira no período, seja em jornais locais ou em sucursais de veículos de circulação nacional. Além das entrevistas, a pesquisa valeu-se de documentos do Arquivo Público Mineiro, que contêm as primeiras instruções para aplicação do AI-5 e da censura na imprensa mineira, e de jornais da época consultados na Hemeroteca Histórica da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa, em especial as coleções de Estado de Minas, Diário da Tarde, O Diário e Jornal de Minas, no período compreendido entre março de 1964 e o final de 1975, assim como as 26 edições do De Fato, que circulou entre janeiro de 1976 e novembro de 1978.

PALAVRAS-CHAVE: Censura. Imprensa. Jornalistas. Ditadura

ABSTRACT

This work aims at studying the political censorship of newspapers established in Belo Horizonte after implementation of the Institutional Act 5, or AI-5, and its effects on the journalist' practice. Political censorship in São Paulo and Rio de Janeiro due to the AI- 5 has been investigated since the late 1970s and now has a set of dense work about the complex relations between the State and the Press during the military dictatorship. However, there are few specific studies about press censorship in Belo Horizonte, although the local elite has been one of the a most active supporters of the military coup of 1964, also providing policy frameworks that helped in sustaining the dictatorship.

This study addresses the institutionalization of censorship in Belo Horizonte soon after the AI- 5, from instructions distributed by Divisional Infantry of the 4th Military Region (ID/4); experiences of censorship and experienced censorship in newsrooms of Estado de Minas-Diário da Tarde, the birth of a kind of "puppy" of censorship, the alternative De Fato, in the second half of the 1970s , the pressure on the branches professionals working in the capital, and the relationship between journalists and censors, characterized by a mix of accommodation, friendliness and strangeness .

The main source of this study were 13 professionals who worked in the local media in the period, whether in local newspapers or branches of national circulation. Besides the interviews, the research drew on Public File Miner documents that contain instructions for the first application of AI-5 and censorship in the local press. Another source was the newspapers of that time consulted in the Historical Newspaper Library, State Library Luiz de Bessa, in particular collections of Estado de Minas, Diário da Tarde, O Jornal e Jornal de Minas in the period between March 1964 and late 1975, as well as 26 editions of De Fato, which circulated between January 1976 and November 1978.

KEYWORDS : Censorship. Press. Journalists. Dictatorship

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	09
CAPÍTULO 1 – ANTECEDENTES DA CENSURA.....	16
1.1 DOIS SÉCULOS DE CENSURA.....	16
1.2 O AI-5 E A CENSURA À IMPRENSA.....	17
1.3 CENSURAR ERA LEGAL?.....	18
CAPÍTULO 2 – A IMPRENSA E O GOLPE DE 1964.....	21
2.1 A VOZ DA “REVOLUÇÃO”.....	21
2.2 OS JORNAIS MINEIROS E OS NOVOS INCONFIDENTES.....	23
2.3 MODERNIZAÇÃO TARDIA.....	25
CAPÍTULO 3 - A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CENSURA POLÍTICA EM BELO HORIZONTE.....	27
3.1 – MANUAL DE INSTRUÇÕES.....	27
3.2 – UMA ROTINA PARA A CENSURA.....	29
CAPÍTULO 4 - JORNAIS, JORNALISTAS E A CENSURA NO PÓS-68.....	35
4.1 “O GRANDE JORNAL DOS MINEIROS”: CENSOR DE SI MESMO.....	35
4.2 O DIÁRIO E A CRÔNICA DE UMA CENSURA ANUNCIADA.....	40
4.3 DA CRISE HERZOG AO FATO NOVO CONTRA A CENSURA.....	47
4.4 SUCURSAIS SOB PRESSÃO.....	53
CAPÍTULO 5 – JORNALISTAS E CENSORES.....	58
4.1 UM CORPO ESTRANHO.....	58
4.2 O “BOM CENSOR”.....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	69

APRESENTAÇÃO

O objetivo deste trabalho é estudar a censura política estabelecida nos jornais de Belo Horizonte logo após a instauração do Ato Institucional nº5, o AI-5, e seus efeitos sobre a prática profissional dos jornalistas mineiros. O uso do termo “censura política” não é gratuito. Embora, em sentido estrito, toda censura possa ser considerada um ato político, a intenção aqui é circunscrevê-la ao universo dos temas que foram alvo de interdição por parte do regime militar em veículos jornalísticos. Por isso, nos valem da diferenciação feita por Fico, segundo a qual a censura de temas políticos prevalecia no território da imprensa, enquanto a de natureza moral ou de costumes estava associada às diversões públicas.¹

O AI-5 foi editado em 13 de dezembro de 1968, data que representa um marco na trajetória da limitação das liberdades individuais e políticas na história recente do país. É também o marco que adotaremos para limitar o ponto de partida deste trabalho, ainda que a história das restrições à liberdade de imprensa impostas pela ditadura militar não tenha se iniciado em 1968. Mas foi a partir dali que ela deixou de ser mais ou menos episódica para se transformar em instrumento de sustentação do regime e ganhar status de política de Estado.

Do ponto de vista temporal, escolhemos 1978 para fechar o ciclo porque no final daquele ano o AI-5 deixava de existir, e a censura política, por causa da distensão empreendida pelo governo Geisel, já não pairava mais sobre o cotidiano das principais redações do Brasil. Mas, da mesma forma que não se pode delimitar com clareza o marco zero da censura à imprensa durante o regime militar, também não se pode precisar o seu epílogo. Instrumentos de regimes autoritários, como a tortura e a própria censura, se caracterizam como fenômenos de duração mais longa do que supõem determinadas periodizações.

O autoritarismo é algo que deve ser analisado no plano da longa duração histórica. Se, institucionalmente, ele pode ser definido em marcos cronológicos rígidos, socialmente ele tende a proliferar seus tentáculos, ramificando-se por todo o tecido social, apresentando grandes dificuldades de desativação mesmo após encerrada a sua fase institucional.²

¹FICO, Carlos. Prezada censura: cartas ao regime militar. Topoi – Revista de História. Nº 5. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002, p.257.

²AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, imprensa, estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência. O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: Edusc, 1999, p. 17

A censura política em São Paulo e no Rio de Janeiro vem sendo investigada desde o final dos anos 1970 e já conta com um conjunto de trabalhos densos, com análises sobre o papel de jornalistas e censores, os conflitos, as capitulações, as negociações e concessões que caracterizaram as complexas relações entre Estado e Imprensa durante o regime militar. Entre esses estudos, destacam-se o da própria Aquino, o de Kushnir³ e o de Smith⁴. São Paulo e Rio de Janeiro são os estados de imprensa mais influente, o que, por si só, explica o fato de que lá os embates tenham sido mais intensos. No eixo Rio-São Paulo estavam estruturadas as redações dos veículos de maior penetração, tanto da grande imprensa quanto da imprensa alternativa, submetidos com maior regularidade à censura prévia – O Estado de São Paulo/Jornal da Tarde, Pasquim, Movimento, Opinião, O São Paulo, Tribuna da Imprensa e Veja.

A elite mineira foi uma das mais ativas apoiadoras do golpe militar de 1964, fornecendo também quadros políticos que ajudaram na sustentação do regime. Entretanto, há poucos estudos específicos sobre a censura à imprensa de Belo Horizonte. Um deles é o de Rabelo, que analisa como o jornal alternativo De Fato, nascido na capital mineira em 1976, enfrentou a censura e a pressão do regime.⁵ Em seus estudos sobre a imprensa mineira da época, Carrato⁶ e Castro⁷ abordam o tema de forma tangencial. Também merece menção o estudo de caso desenvolvido por Silva sobre a censura aos dois principais jornais de Montes Claros, no Norte de Minas, feita por oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais.⁸ Essa carência, em si, já justifica a realização deste trabalho, que procurou identificar como a censura se incorporou ao cotidiano das redações a partir da visão de profissionais que trabalharam na época em alguns dos principais veículos da capital mineira.

³KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, 408p.

⁴SMITH, Ane-Marie. Um acordo forçado. O consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, 206p.

⁵RABELO, Ernane C. De fato: o jornal que enfrentou a censura em Minas Gerais. In: Melo, José Marques de (org). Síndrome da mordça: mídia e censura no Brasil. São Paulo: Editora Metodista Digital, 2007, p.237-250

⁶CARRATO Ângela. A “amena” casa de Assis. Papel e atuação do jornal Estado de Minas na década de 60. Dissertação de mestrado. Brasília: UnB, 1996, 144p.

⁷CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola. Na tessitura da cena, a vida. Comunicação, sociabilidade e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997, 308p.

⁸SILVA, Camila Gonçalves. A censura veste farda: elites conservadoras, policiais militares e o consentimento da imprensa escrita à censura, durante o governo militar em Montes Claros de 1964-1985 (dissertação de mestrado em História). Juiz de Fora: UFJF, 2011, 215p.

O relato desta pesquisa é dividido em cinco capítulos: o primeiro traz breve apanhado da relação entre Estado e Imprensa no Brasil que já dura pelo menos 200 anos, incluindo a censura do Estado Novo e do próprio AI-5. O segundo registra como a imprensa brasileira – a mineira inclusa – contribuiu para a deflagração do golpe militar de 1964. No terceiro capítulo, abordamos a institucionalização da censura em Belo Horizonte logo após o AI-5, a partir de instruções distribuídas pela Infantaria Divisionária da 4ª Região Militar (ID-4); no quarto, a análise recai sobre as experiências de censura e autocensura vivenciadas nas redações dos jornais Estado de Minas/Diário da Tarde e O Diário, sobre o nascimento de uma espécie de “filhote” da censura, o alternativo De Fato e sobre a pressão exercida sobre os profissionais das sucursais que atuavam na capital. Por fim, na quinta parte, nos debruçamos sobre a relação entre jornalistas e censores, caracterizada por um misto de jogos de acomodação, estranhamento e cordialidade.

A fonte determinante para a consecução deste estudo foram os testemunhos de profissionais que trabalharam em jornais locais ou em sucursais de veículos de circulação nacional. Por dispor de poucas fontes documentais e focalizar um tema que se enquadra na chamada história do tempo presente, este trabalho teve na história oral o seu principal recurso metodológico. Considerando suas duas vertentes fundamentais – história de vida e história temática –, optamos pelo uso da segunda por envolver pessoas pertencentes a uma determinada categoria profissional (jornalistas) e por cobrir tema bem definido da história brasileira contemporânea. Aspectos das trajetórias pessoais dos entrevistados acabaram emergindo em alguns momentos das entrevistas, mas ficaram em segundo plano neste relato.⁹

A lista de entrevistados é formada por Acílio Lara Resende (Jornal do Brasil), Adval Coelho (O Diário), Afonso Celso Raso (O Diário), Aloísio Moraes (Jornal de Minas e De Fato), Carlos Lindenberg (Estado de Minas e Veja), Dídimo Paiva (Estado de Minas), Fábio Doyle (Diário da Tarde)¹⁰, José Mendonça (O Diário e O Globo), Luiz

⁹Sobre a distinção entre história de vida e história temática, ver: ALBERTI, Verena. Manual de história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, 236p. e MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de história oral. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

¹⁰No caso de Doyle, além da entrevista, este trabalho se valeu das reflexões publicadas em seu blog. DOYLE, Fábio. A censura sempre existiu. E ainda existe. Disponível em http://fabiopdoyle.zip.net/arch2013-06-09_2013-06-15.html. Consultado em 14/06/2013

Fernando Perez (TV Itacolomi e O Estado de São Paulo), Manoel Hygino dos Santos (O Diário), Roberto Elísio (Estado de Minas) e Washington Melo (Diário da Tarde).¹¹

Essa relação é completada por um não jornalista, o empresário Afonso Paulino, proprietário do extinto Jornal de Minas, pivô de uma crise que resultaria na criação do alternativo De Fato, veículo que se notabilizaria por seu enfrentamento à censura já na segunda metade dos anos 1970. Também nos valem do testemunho do jornalista José de Souza Castro, da antiga sucursal do Jornal do Brasil, registrado em livro de memórias que não chegou a ser publicado por editora convencional, mas disponível na internet.¹²

A principal limitação enfrentada por esse estudo é a escassez de documentos escritos sobre a censura em Belo Horizonte. Uma das poucas fontes materiais é uma pasta do Dops guardada pelo Arquivo Público Mineiro, que contém as primeiras instruções para aplicação do AI-5 e da censura na imprensa mineira.¹³ Outra fonte foram os jornais de época consultados na Hemeroteca Histórica da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa, em especial as coleções de Estado de Minas, Diário da Tarde, O Diário e Jornal de Minas, no período compreendido entre março de 1964 e o final de 1975, assim como as 26 edições do De Fato, que circulou de janeiro de 1976 a novembro de 1978, disponíveis na internet graças ao trabalho desenvolvido pelo Centro de Investigação da História da Mídia do Centro Universitário UNA.¹⁴ Feita de modo esparso, a consulta a esses veículos foi pautada, em certa medida, pelos temas e reflexões levantados pelos entrevistados.

Além de documentos oficiais do regime – exceção feita à pasta do Dops em poder do APM –, este trabalho se ressentia da falta de material produzido ou disseminado nas próprias redações, como reportagens censuradas¹⁵ e os bilhetinhos e telegramas que permitiram compreender a institucionalização do mecanismo da

¹¹As entrevistas foram realizadas de março a setembro de 2013. Dois outros entrevistados, Luiz Fernando Emediato e Gutemberg da Mota e Silva, ambos ex-repórteres da sucursal mineira do JB, acabaram não tendo suas reflexões incorporadas a este trabalho por limitações de espaço e por fugirem, em parte, ao escopo temático da pesquisa.

¹²SOUZA CASTRO, José de. Sucursal das incertezas – A história vista por um jornalista dos tempos do telex ponta a ponta. 2007, 219p. Disponível em <http://www.rsconsultants.com.br/Sucursal%20das%20Incertezas.pdf>.

¹³Arquivo Público Mineiro, pasta 4153, rolo 055. Disponível em http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=4153.

¹⁴Todas as edições estão disponíveis em <http://jornaldefato.plusinfo.com.br/todas-as-edicoes/>.

¹⁵Uma exceção é a entrevista de Pedro Aleixo concedida ao jornalista Carlos Lindenberg e proibida pela censura de ser publicada pela revista Veja em meados dos anos 1970.

autocensura em algumas redações brasileiras.¹⁶ A perda desses documentos é lamentada hoje pelo ex-editor geral do Diário da Tarde, Fábio Doyle. “A gente deveria ter guardado esses telegramas [*com as recomendações da censura*]. Hoje é documento histórico (...) Infelizmente, não guardamos. Hoje guardo até papel de máquina”.¹⁷

Outra lacuna, no nosso entendimento, é a ausência de entrevistas com censores que atuaram junto às redações mineiras no período. Em função do pouco tempo de permanência nos jornais, os censores, ao que tudo indica, não se firmaram como figuras relevantes no imaginário dos jornalistas, sendo reconhecidos apenas por vagos traços físicos e comportamentais. Essa regra teve uma exceção: o agente da Polícia Federal Leopoldo Portela, figura conhecida nas redações belo-horizontinas. Falecido em março de 2012, antes, portanto, de iniciado este trabalho, foi alvo de sucinto perfil no item “O bom censor” (quinto capítulo), elaborado a partir das lembranças dos entrevistados.

Nesse ponto, cabe uma discussão sobre o uso da memória e das reminiscências na construção de um trabalho que se pretende historiográfico. Na ausência de referências escritas mais robustas, as percepções dos entrevistados acabaram ocupando lugar central na narrativa que se segue. Felizmente, a história oral é muito mais que um recurso sobressalente ao qual se recorre para suprir eventual escassez de fontes escritas. Conforme argumenta Lozano, trata-se de ferramenta fundamental para construir a experiência humana, principalmente quando esta tem a memória como elemento essencial.¹⁸ Bosi faz um exercício de imaginação para apontar vantagens da evidência oral sobre o documento escrito, lembrando o quanto pode ser superficial e destituído de nuances o relato em ata de uma reunião.

Se for registrado apenas em documento, será esquematizado, empobrecido e feito para agradar o poder em exercício ou a facção prestigiada no momento. As atas de reuniões oficiais suprimem as dissonâncias como impertinências, e os conflitos são apagados como digressões inúteis. Onde a razão que vacilou, gaguejou e não soube se expressar? Tais registros não refletem a microssociologia do poder, as redes de influência e não captam a “atmosfera” do grupo: o campo mutuamente compartilhado dos gestaltistas cujos contornos são definidos pelos olhares e expressões faciais.¹⁹

¹⁶Um dos pioneiros é o trabalho do jornalista baiano Paolo Marconi, que se debruçou sobre 580 bilhetinhos encaminhados pela Polícia Federal a redações de jornais na Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro. MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira: 1968-1978*. São Paulo: Global, 1980, 312p.

¹⁷Entrevista com Fabio Doyle. 17/07/2013.

¹⁸LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. *Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea*. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral* (orgs). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.24.

¹⁹BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória – ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p.17.

Pesa contra as fontes orais seu suposto caráter enviesado – expressão usada por Thompson –, mas o próprio historiador britânico assevera que esse problema não é exclusivo dos testemunhos. Uma fonte escrita, segundo ele, “é também selecionada, moldada e filtrada por um determinado viés, a respeito do qual, no entanto, o historiador não está seguro.”²⁰

Com essas ressalvas aparentemente tranquilizadoras, vamos ao que parece ser o problema central: separar história de memória. E aqui não há como não ouvir as advertências de historiadores que se debruçam sobre essa distinção. Nora, por exemplo, aponta um claro antagonismo entre as duas dimensões. A história sempre suspeitará da memória e tentará repeli-la. Enquanto a primeira é uma representação do passado, a segunda

(...) é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.²¹

Le Goff é ainda mais explícito ao colocar a memória em seu devido lugar. Para ele, assim como o passado não é história, mas o seu objeto, a memória não é história, mas apenas um dos seus objetos e um nível elementar de elaboração histórica.²² Enquanto Nora e Le Goff tentam estabelecer uma demarcação para história e memória, Rousso parece dar pouco crédito a tal esforço, ao considerar “ultrapassada” essa separação, que equivaleria à oposição entre “mito” e “realidade”. Em sua visão, o fundamental é que o historiador se valha de fontes diferentes, sem se deixar aprisionar por falsos antagonismos, para melhor captar as representações do passado.

A tarefa dos historiadores é, pois, dupla. Por um lado, e essa é uma exigência fundamental, cumpre-lhes satisfazer a necessidade de estabelecer ou reestabelecer verdades históricas, com base em fontes de informação tão diversas quanto possível (...) Por outro lado, com métodos e questionamentos diferentes, eles têm que expor e explicar a evolução das representações do passado, como sempre se tentou escrever a história dos mitos e das tradições que são as formas mais evidentes da presença do passado.²³

²⁰THOMPSON, Paul. A voz do passado – história oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992, p.140.

²¹NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História – Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, PUC-SP, nº 10, 1993, p.9.

²²LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Editora da Unicamp, 1990, p.40.

²³ROUSSO, Henri. A memória não é mais o que era. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Usos & abusos da história oral (orgs). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.97.

Apesar de deficiente, seletiva, manipuladora (em seu livro de viés autobiográfico o escritor Gabriel García Márquez escreveu que a “vida não é a que a gente viveu, e sim a que a gente recorda, e como recorda para contá-la”²⁴) e susceptível aos jogos de poder, a memória carrega, em sua própria essência, um trunfo do qual os historiadores não podem prescindir. Como assinala Ricoeur, ela é a única referência que temos sobre o tempo vivido.

(...) Não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela. Os falsos testemunhos (...) só podem ser desmascarados por uma instância crítica cujo único recurso é opor aos testemunhos tachados de suspeitos outros testemunhos reputados mais confiáveis. (...) testemunho constitui a estrutura fundamental de transição entre a memória e a história.²⁵

“Com um pé atrás” – imagem do senso comum que traduz as recomendações de Nora e Le Goff –, vamos seguir a travessia dos testemunhos, confiantes no seu potencial revelador. E para continuar na sabedoria popular, tomamos de empréstimo o singelo verso da canção *O portão*, da dupla Roberto e Erasmo Carlos: “Fui abrindo a porta devagar, mas deixei a luz entrar primeiro”. Que a memória seja um facho de luz a iluminar o passado.

²⁴MÁRQUEZ, Gabriel García. Viver para contar. Rio de Janeiro: Record, 2003, 474p.

²⁵RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Editora Unicamp, 2007, p.40-41.

CAPÍTULO 1 - ANTECEDENTES DA CENSURA

1.1 DOIS SÉCULOS DE CENSURA

Apesar da pressa em deixar o território português antes da chegada das tropas de Napoleão, o Conde da Barca, integrante da Corte, lembrou-se de reunir na nau Medusa alguns prelos adquiridos em Londres. Foram eles que deram origem à Imprensa Régia, oficializada por Dom João VI em 13 de maio de 1808 para dar vazão à documentação legislativa e diplomática de seu reinado. Um mês depois, a censura já dava o ar de sua graça, com o governador Rodrigo de Souza Coutinho determinando que a

Direção [da Imprensa] terá o encargo de examinar os papéis e livros que se mandarem imprimir, e de vigiar que nada imprima contra a religião, govêrno e bons costumes; e que sempre seja informada a Secretaria d'Estado, a cujo cargo está este estabelecimento.²⁶

Esse relato indica que a censura tem, pelo menos, 200 anos de existência no país, fora o período em que foi presença recorrente na relação Estado-Imprensa entre os nossos colonizadores. Tanto que o Correio Braziliense (1808-1822), o primeiro jornal em língua portuguesa editado sem a interferência da censura, foi rodado em Londres durante dez de seus 14 anos de trajetória.²⁷

Um breve panorama traçado por Smith revela que essa situação praticamente não se alterou ao longo do Império. E mesmo no século 20, quando a imprensa começa a se modernizar e a ingressar em uma era de produção industrial, a mão da censura vai ficando mais pesada. Se, de um lado, o Jornal do Brasil passa a usar os serviços de uma agência de notícias internacional, a United Press International (UPI), de outro, o jornal Correio da Manhã teve sua circulação suspensa pelo governo de agosto de 1924 a maio de 1925. O jornal ganhou na Justiça o direito de voltar a circular, mas o tribunal manteve a censura.²⁸

A partir de 1930, a intervenção do Estado na imprensa tornou-se mais direta e intensa, passando a se valer de uma censura seletiva e a tomar medidas precursoras das práticas que seriam adotadas mais tarde, no regime militar do período 1964-1985. Para

²⁶COSTELLA, Antônio F. O controle da informação no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 1970, p. 20.

²⁷LIMA, Patrícia Souza; PAULA, Sérgio Goes de. Observatório da Imprensa, ano 17, nº 731, disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/alm100620032p.htm>. Consultado em 3/02/2013.

²⁸SMITH, Ane-Marie. Um acordo forçado. O consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 23.

Smith, o Estado Novo, que vigorou de 1937 a 1945, representou um dos períodos mais difíceis para a liberdade de imprensa no país, com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) se transformando na principal peça da engrenagem da censura, emitindo diariamente ordens para os jornais proibindo notícias contra o regime.

O torniquete sobre a imprensa incluía a recusa em registrar veículos e profissionais de comunicação (420 jornais e 346 revistas tiveram negado o seus pedidos de registro a partir de 1940), o controle a mão de ferro das licenças de importação de papel (61 jornais e revistas deixaram de circular por falta de acesso a esse insumo) e a violência pura e simples, como a ocupação, por cinco anos (1940-1945), da redação de O Estado de São Paulo, sob a alegação de que escondia armas para uma tentativa de derrubar o governo.²⁹

Na visão de Smith, esses antecedentes confirmam que não havia razão para se estranhar as restrições impostas pelo regime militar ao trabalho da imprensa. Censurar era uma prática recorrente no período colonial, na república nascente, no Estado Novo e nos governos imediatamente anteriores no golpe, mesmo naqueles com perfil mais democrático, como o de Juscelino Kubitschek, que chegou a revogar uma concessão de canal de TV do Jornal do Brasil por causa da publicação de foto considerada constrangedora a sua imagem.³⁰ Como analisa a brasilianista norte-americana, o Brasil não apresentava lastro histórico de rejeição a investidas autoritárias.

No Brasil nunca houve uma idade de ouro de completa autonomia da imprensa em relação ao Estado nem em alguma gloriosa época antiga nem em qualquer avanço recente rumo a franquias de caráter liberal. Em tempo algum, a liberdade de imprensa foi totalmente respeitada ou verdadeiramente sólida.³¹

1.2 O AI-5 E A CENSURA À IMPRENSA

Um dia depois de outorgado o AI-5, em 13 de dezembro de 1968, jornais do Rio de Janeiro e São Paulo começaram a receber cópias dos “manuais de comportamento” contendo listas de temas políticos, econômicos e sociais proibidos de serem divulgados. Entre eles, a veiculação de matérias e declarações de cassados políticos, de noticiário

²⁹SMITH, Ane-Marie. Um acordo forçado, p.24-25.

³⁰_____. Um acordo forçado, p.29.

³¹_____. Um acordo forçado, p.17.

que comprometesse a imagem econômica do país no exterior e de assuntos relacionados com a repressão, como prisões, a própria censura, agitação estudantil e greves.³²

Começava ali um novo capítulo na história da censura política no Brasil, que se tornaria desde então mais profissional, sistemática e metódica. O período compreendido entre os anos de 1968 e 1978 é considerado o mais agudo da censura brasileira. Uma periodização proposta por Aquino a divide em três grandes etapas: a primeira, de 1968 a 1972, é caracterizada por sua estruturação do ponto de vista jurídico e profissional, e o seu procedimento se restringia a telefonemas e comunicações de proibições, os bilhetinhos, enviados às redações. A segunda fase, que vai de 1972 a 1975, é marcada pelo recrudescimento da máquina repressora, com a institucionalização da censura prévia a veículos da grande imprensa e da imprensa alternativa. Por fim, entre 1975 e 1978, a “transição lenta, segura e gradual” de Geisel atinge também a censura, tornando-a “mais restritiva e seletiva” até desaparecer oficialmente no final daquele ano.³³

O *modus operandi* da censura se baseava em duas modalidades: a censura prévia, exercida entre 1972 e 1978, e que atingiu apenas algumas publicações de forma mais sistemática e duradoura, determinando que o conteúdo produzido fosse submetido à Polícia Federal antes de sua publicação³⁴, e a autocensura, baseada em ordens telefônicas ou comunicações por escrito sobre temas proibidos de serem abordados pelos jornais. Os bilhetinhos eram levados às redações por policiais federais e entregues a jornalistas com algum poder de decisão.³⁵

1.3 CENSURAR ERA LEGAL?

A censura à imprensa no Brasil naquele período era legal ou ilegal? Essa é outra controvérsia que divide os estudiosos do assunto. Smith defende a tese da ilegalidade, com o argumento de que o decreto 1077, baixado em 1970 pelo Ministério da Justiça, autorizava a censura “moral” de livros e revistas recreativas, mas não a censura política

³²KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p.108-109.

³³AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, imprensa, estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência. O Estado de São Paulo e Movimento, p. 257.

³⁴Foram oito as publicações submetidas regularmente à censura prévia: O Pasquim (1970 a 1975), O Estado de São Paulo/Jornal da Tarde (1972 a 1975), O São Paulo (1973 a 1978), Opinião (1973 a 1977), Veja (1974 a 1976), Movimento (1975 a 1978) e Tribuna da Imprensa, em caráter mais episódico, entre 1968 e 1978. (SMITH, Anne-Marie. Um acordo forçado, p.97).

³⁵Uma exposição detalhada sobre o mecanismo dos bilhetinhos pode ser vista em: SMITH, Anne-Marie. Um acordo forçado, p.136-145.

de notícias e informações. Já o AI-5 previa apenas a suspensão de liberdades – incluindo a de imprensa – em caso de estado de sítio, o que nunca houve.

Smith sustenta ainda que a censura prévia não implicava qualquer ação oficial pública, pois não havia notificações por parte de juízes, tampouco normas públicas sobre os procedimentos e limites da censura. Os jornais eram instados pela PF a apresentar as matérias antes de publicá-las. “Não havia nada que se assemelhasse ao *imprimatur* usado pelos jornais da Espanha franquista ou de Portugal salazarista declarando que as matérias haviam sido examinadas e aprovadas pelas autoridades”.³⁶

Outros autores não viam ilegalidade na censura. Kushnir, por exemplo, argumenta que os governos pós-1964 criaram jurisprudências que davam uma fachada de legalidade aos seus atos, mesmo que “executados sob o amparo da lei da força bruta”.³⁷ De fato, o regime militar preparou um verdadeiro arsenal jurídico que lhe permitia manter rígido controle sobre a imprensa. Em seu trabalho sobre a censura à revista *Veja*, Almeida elenca esses instrumentos. O Ato Institucional 2, de 27 de outubro de 1965, que, em seu artigo 24 “retirou do júri a competência para o julgamento dos abusos da imprensa e aumentou o prazo de prescrição das correspondentes ações penais”. Em fevereiro de 1967, surge a Lei 5.250, mais conhecida como Lei de Imprensa, que, em seu artigo 63, previa a apreensão de material jornalístico, “independentemente de mandado judicial”. De acordo com o Decreto Lei 898, de 29 de setembro de 1969 ou, simplesmente, Lei de Segurança Nacional, baixada no governo Costa e Silva, sofreria processo qualquer pessoa que divulgasse “por qualquer meio de comunicação social notícia falsa, tendenciosa ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor ou tentar indispor o povo com as autoridades constituídas...” (art.16, parágrafo 2). O AI-5, de 13 de dezembro, fecha o cerco ao prever, em seu artigo 9, que a censura de correspondência, da imprensa e das comunicações poderia ser usada como medida integrante de um estado de sítio no país, previsto no artigo 152 da Constituição de 1967.³⁸

Fico assevera que a constitucionalidade da censura à imprensa era um mero detalhe, tendo sido implantada para dar sustentação à “utopia dos radicais vitoriosos em

³⁶SMITH, Anne-Marie. Um acordo forçado, p.96.

³⁷KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda, p.120-121.

³⁸ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. 1968-1976: *Veja* sob censura. São Paulo, Jaboticaba, 2009. p.84-85; Constituição de 1967 disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao67.htm.

1968”.³⁹ Nessa perspectiva parece mesmo mais relevante analisar a censura enquanto instrumento de força do regime militar do que sua suposta legalidade. Mesmo porque no momento em que a constitucionalidade das restrições à imprensa (ou a sua própria existência já que o governo as negava) foi posta em xeque, o regime desrespeitou uma decisão da Suprema Corte e tratou de criar um artifício para salvaguardar a censura.⁴⁰

De acordo com Motta, regimes autoritários, como o que se instaurou no Brasil após 1964, “temperam perseguição com cooptação, violência extralegal com o uso de mecanismos legais”,⁴¹ e a censura foi um dos instrumentos dessa mistura, um produto da dualidade entre o caráter repressivo do regime e da sua necessidade de sustentação.

³⁹FICO, Carlos. *Prezada censura*, p. 267.

⁴⁰Em 1973, a direção do semanário *Opinião*, um dos mais influentes da imprensa alternativa da época, impetrou, no Supremo Tribunal Federal (STF), mandado de segurança contra o governo federal, alegando estar sob censura. Entre outras provas, fundamentava-se no fato de a edição de 14 de abril de 1973 ter sido apreendida. A decisão do Supremo foi favorável ao jornal, mas em 20 de junho, um dia após o julgamento, o presidente Ernesto Geisel publicou despacho anulando a sentença do STF e baixando, na prática, “o AI-5 contra o *Opinião*” (MACHADO, José Antônio Pinheiro. *Opinião x censura. Momentos da luta de um jornal pela liberdade*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1978, p.35-60).

⁴¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá, *Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia*. In _____(org). *Culturas política na história*. Belo Horizonte: Argumentum, 2000, p. 31

CAPÍTULO 2 - A IMPRENSA E O GOLPE DE 1964

2.1 A VOZ DA “REVOLUÇÃO”

Com exceção de alguns poucos veículos como a Última Hora, de Samuel Weiner, aliado de longa data do trabalhismo, a imprensa em peso ajudou a derrubar o governo de João Goulart, em 1964. Alguns jornais chegaram a participar ativamente das articulações que resultaram na queda de Jango como O Estado de São Paulo. Um dos seus proprietários, Ruy Mesquita, integrou grupos civis e militares que conspiraram contra o então presidente.⁴²

Outro proprietário do jornal, Júlio Mesquita Filho, foi autor, junto com o professor Vicente Ráo, da USP, de proposta intitulada Ato Institucional – a primeira a receber este nome – que preconizava o cerceamento de vários instrumentos da democracia, como a dissolução do Senado, da Câmara Federal e das assembleias legislativas, a anulação do mandato de governadores e prefeitos e a suspensão do *habeas corpus*.⁴³

As demonstrações mais explícitas de apoio ao golpe militar eram dadas pelos editoriais, cuja linguagem, segundo Smith, oferecia um retrato do elitismo e liberalismo clássico que caracterizavam a grande imprensa de então, refratária a reformas capazes de alterar a configuração socioeconômica do país.⁴⁴ Até um jornal de viés mais progressista como o carioca Correio da Manhã – que em 1961 defendeu a posse de João Goulart – aderiu à campanha anti-Jango, ainda que o caráter de seus argumentos diferisse da perspectiva golpista de outros veículos. Seus editoriais de primeira página – “Basta” e “Fora” – foram emblemáticos dessa cruzada.

Basta de farsa. Basta da guerra psicológica que o próprio Governo desencadeou com o objetivo de convulsionar o País e levar avante a sua política continuísta. Basta de demagogia, para que, realmente, se possam fazer as reformas de base.⁴⁵

Uma pequena amostra de trechos de editoriais publicados pelos principais jornais do país dá a dimensão do alinhamento da imprensa ao golpe:

⁴²ABREU, Alzira Alves de. A mídia brasileira na transição democrática. Caxambu. 2004, p.4.

⁴³GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 122.

⁴⁴SMITH, Anne-Marie. Um acordo forçado, p. 29.

⁴⁵Basta!. Correio Manhã. 31/03/1964.

Ressurge a democracia! Vive a nação dias gloriosos (...) Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas que, obedientes a seus chefes, demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições.⁴⁶

Desde ontem se instalou no país a verdadeira legalidade (...) Legalidade que o caudilho não quis preservar, violando-a no que de mais fundamental ela tem: a disciplina e a hierarquia militares. A legalidade está conosco e não com o caudilho aliado dos comunistas.⁴⁷

Minas desta vez está conosco (...) Dentro de poucas horas, essas forças não serão mais do que uma parcela mínima da incontável legião de brasileiros que anseiam por demonstrar definitivamente ao caudilho que a nação jamais se vergará às suas imposições.⁴⁸

Se nos primeiros momentos o apoio da imprensa ao golpe militar foi praticamente incondicional, com o recrudescimento da repressão e instauração de medidas que limitavam a ação dos veículos de comunicação, incluindo a censura, essa adesão passou a se misturar com críticas e senões. Em recente estudo sobre as representações da ditadura presentes em editoriais e em charges dos seis principais veículos brasileiros da época – Jornal do Brasil, O Globo, Folha de S. Paulo, Correio da Manhã, Última Hora e O Estado de São Paulo –, Motta define como “complexas e ambíguas” as relações entre o regime militar e a imprensa, sendo que esta, apesar do discurso liberal, se rendia a surtos autoritários quando lhe convinha. “Em sua maioria, os jornais perfilavam com a ala “liberal” dos apoiadores de 1964, que temperavam seu amor pela liberdade com notável transigência a intervenções autoritárias para defesa do *status quo*.”⁴⁹

Em sua pesquisa, o autor divide as seis publicações em dois grupos: o de oposição, em que se pontificavam Correio da Manhã e Última Hora, que acabaram sucumbido com a perseguição e dificuldades financeiras impostas pelo regime, e o formado por publicações alinhadas à ditadura – O Globo, Jornal do Brasil, O Estado de São Paulo e a Folha de S. Paulo. Para Motta, mesmo entre os apoiadores havia

⁴⁶O Globo. 4 de abril de 1964. Recentemente, o jornal fez uma espécie de mea-culpa, admitindo que a adesão ao golpe foi um erro e revelando-se constrangido sempre que é cobrado por esse apoio. “A lembrança é sempre um incômodo para o jornal, mas não há como refutá-la. É História”. (Apoio editorial ao golpe foi um erro. O Globo. 01/09/2013)

⁴⁷Jornal do Brasil, 1º de abril de 1964.

⁴⁸O Estado de S. Paulo, 1º de abril de 1964.

⁴⁹MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. Topoi, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 63

diferenças importantes. Enquanto O Globo era o mais fiel, o JB se encarregava de expressar as maiores reservas, principalmente em relação aos expurgos políticos. Já O Estado de São Paulo oscilou de uma postura de porta-voz da linha dura no início do regime (de abril de 1964 ao final de 1965) para a de defensor da democracia contra o autoritarismo representado pelo AI-5. Ao final, conclui que o proclamado apoio da imprensa brasileira ao regime militar não foi tão absoluto quanto se preconiza, principalmente a partir do final de 1968.

Todos os jornais da grande imprensa professavam valores democráticos e liberais, que eram apresentados como fontes originadoras do regime de 1964, de modo que não se empolgaram (e por vezes se opuseram) com o surto ditatorial de dezembro de 1968. Quando os militares pretenderam implantar uma ditadura sem rebuços, livre de compromissos com as instituições e valores liberais, eles encontraram fraco apoio na imprensa. Mesmo o dócil *O Globo* temperava seu apoio ao AI-5 com declarações de fé liberal, sugerindo que aceitava a situação autoritária como recurso passageiro.⁵⁰

2.2 OS JORNAIS MINEIROS E OS NOVOS INCONFIDENTES

Em sua obra sobre as articulações em Minas Gerais que desencadearam o golpe de 1964, Starling chama de “novos inconfidentes” o grupo de empresários, profissionais liberais, representantes do clero e políticos que se uniram aos militares para conspirar e derrubar o governo de João Goulart.⁵¹ Embora a participação da imprensa e de seus principais dirigentes não ocupe lugar central na análise de Starling, há indícios de que os veículos de comunicação de Minas, se não desempenharam papel de proa, ao menos ofereceram suporte à operação. O Estado de Minas, já à época o principal jornal da capital, apoiava sistematicamente as iniciativas dos empresários que comandavam no estado o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (Ipes), fundado em 1961.⁵² Em abril de 1962, o veículo inaugurava seção dedicada à indústria mineira com grande entrevista concedida por Jonas Barcellos Correia, presidente do Ipes e do Centro de Indústrias da Cidade Industrial.⁵³

Na extensa lista dos novos inconfidentes que publicou ao final de sua obra, Starling elenca jornalistas, como Alberto Deodato (também professor da Faculdade de Direito e titular de uma coluna diária no Estado de Minas em que fazia duras críticas ao

⁵⁰MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa, p. 85.

⁵¹STARLING, Heloísa Maria Murgel. Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964. Petrópolis: Vozes, 1986, 375p.

⁵²Sobre o complexo Ipes/Ibad, de orientação anticomunista e de oposição a Goulart, ver: DREIFFUS, René. 1964: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981, 814p.

⁵³STARLING, Heloísa Maria Murgel. Os senhores das gerais, p.71.

governo Jango antes do golpe), Aluizio de Carvalho Cunha, Dênio Moreira, Ennius Marcus de Oliveira Santos, Isis de Almeida, Jesus de Almeida e Vicente Moura e José Lamartine de Godoy.⁵⁴

Starling também reproduz documento do Ipes, um questionário com perguntas e respostas, que funcionaria como roteiro para o combate ao comunismo em Minas Gerais. O texto trazia pergunta específica sobre a contribuição da imprensa local nessa empreitada. Na resposta foram citados o próprio Dênio Moreira (TVs Alterosa e Itacolomi) e três líderes dos Diários Associados: os diretores Geraldo Teixeira da Costa e Pedro Aguinaldo Fulgêncio e o gerente-geral Theódulo Pereira.

O apoio da imprensa ao golpe não partia apenas dos empresários ou dos dirigentes, mas também de jornalistas que trabalhavam nos principais veículos do estado, alguns deles entrevistados para este trabalho. A insatisfação com os rumos do governo de João Goulart era o principal combustível dessa posição, como revela Fábio Doyle, à época editor-geral do Diário da Tarde, vespertino dos Diários Associados em Belo Horizonte.

Pessoalmente, o senhor foi favorável ao golpe?

Inteiramente. É horrível depor um presidente. Mas o João Goulart estava preparando um golpe de estado. Estava insuflando os marinheiros, os sindicatos, todo mundo sabia.⁵⁵

Na virada de 31 de março para 1º de abril de 1964, o jornalista Roberto Elísio, à época um jovem repórter, acompanhou no Palácio da Liberdade a intensa movimentação em torno do golpe militar. Quatro anos depois, em plena vigência do AI-5, já era editor de política do jornal e nos anos 1970 licenciou-se para trabalhar como secretário de imprensa de Rondon Pacheco, governador indicado pelo regime. Embora ressalte sua reprovação em relação ao ambiente repressivo imposto pelos militares, Elísio vê méritos no regime, certamente influenciado pela imagem do “Brasil Grande” construída e disseminada pelos seus propagandistas:

Houve um lado positivo na área administrativa. Quer ver uma coisa? Estamos caminhando para 30 anos do fim do regime militar. Me fala aí uma obra só da dimensão da ponte Rio-Niterói feita daquele tempo para cá. Vamos ficar no Rio de Janeiro, governado depois pelo senhor Leonel Brizola, que era contra os militares. Me fala uma obra do tamanho da Linha Vermelha. (...) O doutor Rondon Pacheco inaugurou asfaltada a estrada de Montes Claros até Uberlândia. Me

⁵⁴STARLING, Heloísa Maria Murgel. Os senhores das gerais, p.347-349.

⁵⁵Entrevista concedida por Fábio Doyle.17/07/2013.

fala: depois do doutor Rondon Pacheco, que distância asfaltaram em Minas Gerais. Nunca mais (...) Então tem um lado positivo, sim.⁵⁶

Tão significativo quanto identificar o apoio ao golpe de 1964 é tentar compreender como aquele fato se impôs na memória coletiva, influenciando a percepção de quem o vivenciou, mesmo depois de quase cinco décadas. Como registra Bosi, quando um acontecimento político mexe com a cabeça de determinado grupo social, a memória de cada pessoa é afetada pela interpretação dada pela ideologia dominante.⁵⁷

Durante muito tempo, segmentos sociais hegemônicos, incluindo a imprensa, referiram-se ao golpe de 64 como “revolução” e o uso desse termo, base da propaganda oficial, se cristalizou ao longo do tempo. Entre os jornalistas entrevistados, havia figuras simpáticas ao movimento de 64, como os citados Elísio e Doyle, mas mesmo entre os mais críticos, a palavra “revolução” soava natural em suas bocas, sem qualquer sinal de ironia, como o clássico gestual das aspas feito com os dedos indicadores para sugerir que aquela expressão estava sendo dita em sentido figurado.

Um rápido levantamento mostra, por exemplo, que Manoel Hygino, um dos mais incomodados com o regime, a proferiu pelo menos cinco vezes em sua entrevista⁵⁸; Fabio Doyle grafa o termo em caixa alta em seu blog⁵⁹; Adval Coelho o emprega em 12 oportunidades.⁶⁰ A exceção é Washington Melo, que, ao longo da entrevista, usou a expressão “comando da revolução” para relatar casos em que agentes do regime anunciavam e/ou justificavam atos arbitrários. Em dado momento, quando parecia prestes a se trair, corrigiu-se: “Revolução, não, movimento”.⁶¹

2.3 MODERNIZAÇÃO TARDIA

Belo Horizonte ingressa, nos anos 70, no seletivo grupo de cidades brasileiras com mais de um milhão de habitantes. Desde a década de 50, vinha apresentando um vigoroso processo de urbanização. Chegou a crescer 7% ao ano com pequeno declínio

⁵⁶Entrevista concedida por Roberto Elísio. 5/04/2013.

⁵⁷BOSI, Ecléa. O tempo vivo da memória – ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, 21-22

⁵⁸Entrevista com Manoel Hygino dos Santos concedida em 17/06/2013.

⁵⁹DOYLE, Fábio. A censura sempre existiu. E ainda existe. 14/06/2013.

⁶⁰Entrevista com Adval Coelho concedida em 13/05/2013.

⁶¹Entrevista concedida por Washington Melo em 16/05/2013.

nos anos 60 e 70. Entre 1950 e 1980, a população quintuplica, saltando de 352.724 habitantes para 1.780.855.⁶²

A imprensa mineira também respirava novos ares. Vários jornais diários e publicações semanais que circulavam na capital mineira na década anterior sumiram do mapa, como o Binômio e a Revista Alterosa, e aqueles que resistiram, segundo Castro, passaram a se organizar em moldes de empreendimentos econômicos, submetidos às racionalidades do cálculo capitalista. O Diário do Comércio, por exemplo, passa a usar a tecnologia *off-set* de impressão já no final dos anos 60. Essa modernização inclui formas adequadas de gestão de pessoal e de vendas e renovação do padrão jornalístico e gráfico do produto. Trata-se, no entanto, de uma modernização tardia, na comparação com o eixo Rio-São Paulo, onde a renovação da imprensa nos planos tecnológicos, editoriais e gráficos ocorre já no final da década de 50.⁶³

Se já era hegemônico antes da chegada dos militares ao poder, o Estado de Minas passou a surfar na onda do golpe de 64, como registra Carrato em sua dissertação de mestrado, sugestivamente intitulada “A amena casa de Assis”, em função do caráter conciliador e da capacidade do jornal de se submeter aos interesses do Palácio da Liberdade.

Integrar o rol dos ‘revolucionários de primeira hora’ tornou-se um trunfo para o Estado de Minas do qual se valeu sem qualquer cerimônia. Seus diretores tinham acesso direto ao governador Magalhães Pinto. Geraldo Teixeira da Costa, por exemplo, era recebido a qualquer hora do dia ou da noite. Parcela expressiva de seus redatores e repórteres, especialmente os de política, acumulavam assessorias de Estado e órgãos públicos. Por possuir a maior tiragem em Minas, conseguia a maior fatia publicitária, tanto de verbas do governo quanto do comércio em geral.⁶⁴

Em 1976, chegou a ser apontado, pela revista Exame, como a empresa mais rentável do setor editorial e gráfico. Suas vendas naquele ano subiram 26,6%, bem à frente do segundo colocado, que crescera 14,9%. Enquanto isso, o patrimônio líquido aumentara 63,7% e o lucro líquido sobre as vendas subira 23%.⁶⁵

⁶²CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola. Na tessitura da cena, a vida. Comunicação, sociabilidade e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997, p.27

⁶³CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola. Na tessitura da cena, a vida, p.65.

⁶⁴CARRATO Ângela. A “amena” casa de Assis. Papel e atuação do jornal Estado de Minas na década de 60. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, 1996, p.91.

⁶⁵CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola. Na tessitura da cena, a vida, p.71-72.

CAPÍTULO 3 - A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CENSURA POLÍTICA EM BELO HORIZONTE

3.1 MANUAL DE INSTRUÇÕES

Pouco depois de baixar o Ato Institucional 5, o regime militar estabeleceu os primeiros critérios para a sua aplicação em todo o país. Em Belo Horizonte, a Infantaria Divisionária da 4ª Região Militar (ID-4) logo se encarregou de distribuir instruções para a execução da censura – semelhantes aos manuais de comportamento disseminados em Rio e São Paulo. Um documento “reservado” de 16 de dezembro de 1968 assinado pelo general Alvaro Cardoso, comandante da unidade militar, e pelo coronel Gentil Marcondes Filho, chefe do Estado Maior de Coordenação, estabelece regras básicas para o controle da imprensa na área de jurisdição da ID-4. No documento, encontrado no acervo do Dops em poder do Arquivo Público Mineiro, os oficiais deixam explícitos os dois principais objetivos da empreitada: “Obter da imprensa total respeito à Revolução de 64, que é irreversível e que visa à consolidação da democracia, e evitar a divulgação de notícias tendenciosas, vagas ou falsas.”⁶⁶

Esse manual de instruções abrangia três campos: político, econômico e psicossocial. No primeiro caso, as proibições envolviam “noticiário que incite a luta de classes e a desmoralização do governo e das instituições”; notícias e declarações de cassados por meio de porta-vozes; críticas aos atos institucionais e divulgação de notícias para o exterior, “capazes de comprometer a imagem democrática do país”.

No campo econômico, a preocupação dos militares recaía sobre notícias capazes de “tumultuar” os setores financeiros, comerciais e de produção e sobre o noticiário que pudesse “comprometer a imagem econômica do país”. Já no que chama de “campo psicossocial”, as instruções da ID-4 vedavam informações referentes a prisões ou atos decorrentes da censura, com exceção das fornecidas ou autorizadas pelas fontes oficiais; proibiam a divulgação de notícias ou comentários que provocassem a “desarmonia” entre as Forças Armadas e estas com os poderes da República ou com a opinião pública; impediam a divulgação de notícias sobre atividades estudantis de natureza política, sobre subversão, movimentos operários e greves, além de recomendar que se

⁶⁶Arquivo Público Mineiro, pasta 4153, rolo 055.

evitasse “manchetes escandalosas” sobre subversões e greves e sobre filmes que retratassem movimentos revolucionários em outros países.⁶⁷

O documento também trazia uma lista relativamente pormenorizada das responsabilidades do censor. Entre esses encargos, estava o de ler com atenção, nos “mínimos detalhes”, anúncios classificados, charges, fotos discretas, legendas sem importância aparente, notas meteorológicas, horóscopo e palavras cruzadas.⁶⁸ Essa determinação já refletia certa preocupação com artifícios que pudessem vir a ser usados pelos jornalistas para burlar a vigilância do regime. O que se viu depois é que alertas como esse não foram suficientes para evitar que a censura fosse ludibriada em alguns momentos, haja vista os clássicos episódios envolvendo a publicação de versos de Camões, receitas de bolo no lugar de trechos censurados em O Estado de São Paulo e Jornal de Tarde, além das previsões meteorológicas sombrias estampadas no JB logo no início da vigência do AI-5⁶⁹ e das entidades diabólicas que povoaram as páginas de Veja em edições de 1974.⁷⁰

Nada poderia passar pelo crivo do censor: manchetes, submanchetes, notícias secundárias, comentários noticiosos e notas de rodapés na primeira página. Esse profissional também era obrigado a observar se o conteúdo da notícia correspondia ao seu título. Editoriais, artigos, seções ou colunas também deveriam ser examinados com cuidado. Outra preocupação era apagar eventuais indícios gráficos de que determinada página de jornal havia sido censurada. Por isso, recomendava-se ao censor observar se a diagramação da matéria resultante de sua intervenção não alterava a estrutura original.

O material da ID-4 também trazia recomendações para a chamada imprensa “falada” (rádio) e “televisionada” (TV). Uma das mais curiosas determinava que o

⁶⁷Arquivo Público Mineiro, pasta 4153, rolo 055.

⁶⁸_____, pasta 4153, rolo 055.

⁶⁹Um dos primeiros episódios de burla à censura durante a vigência do AI-5 materializou-se na edição de 14 de dezembro de 1968 do Jornal do Brasil, que publicou, em sua primeira página, uma previsão meteorológica que retratava o cenário político e social do país. “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máx.:38, em Brasília. Min.:5, nas Laranjeiras”. Os 38º em Brasília eram referência ao Ato Complementar 38, que decretou o recesso do Congresso Nacional. Os 5º faziam alusão ao Ato Institucional nº 5. Laranjeiras era a sede do governo, o palácio Presidencial. (NAVA ROSA. Sob o signo da censura: nascimento e morte do jornalismo interpretativo do Brasil. In: MELO, José Marques de Melo. Síndrome da mordada, São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, 2007, p. 122).

⁷⁰Acossada pelas listas de proibições da censura, Veja lançou mão do artifício de publicar representações de diabinhos, como Belzebu e Asmodeu, no lugar das matérias vetadas, em edições que circularam entre os meses de fevereiro e abril de 1974. O estratagema também incluía entrevistas fictícias com padres e teólogos carregadas de metáforas. “A ação dos homens-demônios liberou uma carga avassaladora de energia diabólica que ainda se mantém no ar e causa, novos séculos depois, larguíssimos fenômenos de fanatismo, cegueiras coletivas, temores globais [...]” (ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. 1968-1976: Veja sob censura, p.127-131)

ensor ficasse ao lado do apresentador do programa acompanhando a leitura do noticiário e, caso percebesse alguma desobediência em relação às normas, deveria desligar a chave geral, retirando a estação do ar.⁷¹

3.2 UMA ROTINA PARA A CENSURA

As entrevistas feitas para este trabalho indicam dois caminhos que permitiram a esse conjunto de normas chegar aos jornais belo-horizontinos. Um deles foi a distribuição pura e simples nas redações, como se recorda Carlos Lindenberg, que trabalhou como repórter de polícia e redator de primeira página do Estado de Minas.

Quando baixaram o AI-5, veio para as redações um telex de um metro de comprimento, dizendo o que era o AI-5 em relação à imprensa. Tinha esse documento e esse documento ficava pregado no quadro da redação do Estado de Minas. Quase uma regulamentação do AI-5 para a imprensa. Eu me lembro claramente. Era grande, quase um metro de telex. Estavam lá as implicações, o que poderia o que não poderia.⁷²

Outra via de repasse dessas instruções foram as reuniões mantidas entre o comando da ID-4 e os principais dirigentes dos jornais de Belo Horizonte. Diferentemente das reuniões realizadas em Rio de Janeiro e São Paulo, que chegaram a ser registradas em telegramas do Departamento de Estado dos Estados Unidos a partir de informações possivelmente repassadas pela embaixada norte-americana no Brasil⁷³, não há documentos semelhantes sobre os encontros entre as cúpulas militar e jornalística da capital mineira.

Entretanto, os relatos dos entrevistados somados a pelo menos um registro feito por um jornal belo-horizontino confirmam que unidades militares baseadas na capital mineira também abrigaram encontros do gênero. Em sua edição de 14 de dezembro de 1968, O Diário, da Arquidiocese de Belo Horizonte, informava, em nota de primeira página, que o presidente do jornal, Wilson Chaves, estivera na sede da ID-4, junto com

⁷¹Arquivo Público Mineiro, pasta 4153, rolo 055.

⁷²Entrevista concedida por Carlos Lindenberg. 18/04/2013.

⁷³O telegrama 387, com status de “confidencial”, de dezembro de 1968, menciona a convocação do II Exército feita aos editores dos principais jornais de São Paulo para receber instruções sobre a censura. O grupo concordou em fazer autocensura sobre determinados assuntos, mas o diretor Julio de Mesquita Filho, de O Estado de São Paulo, argumentou não saber como fazer autocensura e pediu o envio de um censor à redação do jornal. Mais detalhado, o telegrama 939, também “confidencial”, informava sobre a reunião realizada no Rio de Janeiro, em 14 de dezembro de 1968, envolvendo os editores de veículos cariocas e o general Cesar Montagna de Souza, comandante da 1ª Região Militar. O informe também tratava das proibições impostas pela censura (RG 59, caixa 1910, pasta 1. National Archives and Records Administration, College Park, MD).

dirigentes de órgãos de imprensa da capital mineira, para tomar “conhecimento das recomendações relativas à publicação e circulação dos veículos de divulgação em nosso Estado”. A mesma nota anunciava que a partir daquela data o jornal estava sob censura,⁷⁴ aspecto sobre o qual nos deteremos no capítulo 4.

A partir dali, reuniões como aquela se tornariam relativamente frequentes. O jornalista Manoel Hygino dos Santos, à época diretor de redação e assistente da diretoria de O Diário, não participou do encontro convocado logo após a deflagração do AI-5. No entanto, foi escalado pela direção do jornal para representá-la nas outras reuniões, que ele estima em “dez ou mais”, ocorridas em um período de dois anos, sempre na sede do CPOR.⁷⁵

As reuniões de que Hygino participava eram, segundo ele, comandadas pelo general Octávio de Medeiros, à época chefe do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) e que mais tarde comandaria o Serviço Nacional de Informações (SNI). Apesar da atmosfera pesada, o jornalista diz não se recordar de conflitos entre os dirigentes de jornais e os militares - a não ser questionamentos tímidos. “Quando se proibia algum tipo de notícia, alguém perguntava: ‘Mas por que?’ ‘E até que ponto nos podíamos dizer isso?’ ‘Como dizer?’”⁷⁶

Quatro décadas se passaram, e a narrativa de Hygino deixa transparecer a humilhação imposta àqueles homens, ocupantes de cargos importantes na imprensa mineira. “Era constrangedor: a cúpula dos jornais, do pensamento, ir para as dependências receber orientações, o que equivale a ordens”.⁷⁷ Acílio Lara Resende, que dirigiu a sucursal do Jornal do Brasil entre 1966 e 1989, também participou de algumas daquelas reuniões, às quais se refere com certa dose de amargura.

No fundo eram generalidades. Mas qual era o objetivo? Era pura e simplesmente reprimir. Sob certo aspecto, fazer medo, intimidar. (...) Não eram convites, eram convocações. Sempre por telefone, nunca vinham por escrito. O objetivo era intimidar mesmo.⁷⁸

Além das reuniões coletivas, havia conversas “ao pé do ouvido” entre oficiais e jornalistas. Nesses casos, o sentimento dominante era o medo. Fábio Doyle, editor geral do Diário da Tarde nos 60 e 70, foi convocado para um desses encontros o qual relatou em seu blog. Sem se lembrar de datas, ele conta que saiu às 7h de uma manhã e foi

⁷⁴O Diário. 14/12/1968.

⁷⁵Entrevista concedida por Manoel Hygino dos Santos. 17/06/2013.

⁷⁶Entrevista com Manoel Hygino dos Santos. 17/06/2013.

⁷⁷Entrevista com Manoel Hygino dos Santos. 17/06/2013.

⁷⁸Entrevista concedida por Acílio Lara Resende. 23/04/2013.

levado ao gabinete de um comandante militar de Belo Horizonte no bairro Barro Preto, próximo a sua casa. Precavido, deixou a mulher, Raquel, de sobreaviso.

Fique tranquila. Não fiz nada de errado. Mas se não voltar até a hora do almoço, telefone para o Pedro Aguinaldo Fulgêncio (que era diretor da nossa empresa) para que ele tome as providências devidas. Felizmente, nada aconteceu. O general me recebeu, conversamos normalmente, me fez algumas perguntas corriqueiras, nenhuma delas constrangedora, ofereceu-me café, e me levou até a porta. Um *gentleman*, o general, cujo nome a memória agora me falha.⁷⁹

Durante a entrevista, Doyle se lembrou do prenome do general, Álvaro (provavelmente tratava-se de Álvaro Cardoso, comandante da ID-4, o mesmo que convocou os editores mineiros para a primeira reunião sobre as normas da censura). Repetiu o relato do blog com poucas variações e acrescentou uma pequena reflexão: “Ele fez uma preleção sobre o porquê estavam fazendo aquilo. Na verdade, ele sabia que estava fazendo algo errado”.⁸⁰ O terror que sobressaltou Fábio Doyle e a esposa também era parecido com o que sentia Acílio Lara Resende quando chamado por telefone a comparecer ao CPOR.

Algumas vezes fui ao CPOR a chamado de um sargento. E chegando lá não era sargento (...) O sargento não existia (...) Chegava lá e ia procurando, procurando. Quando saía de casa, minha mulher ficava em pânico porque não sabia se ia voltar. (...) Era pura intimidação.⁸¹

Outro documento existente no acervo do Dops também oferece pistas sobre o *modus operandi* da censura em Minas Gerais. Também assinado pelo general Alvaro Cardoso e pelo coronel Gentil Marcondes Filho, com data de 19 de dezembro de 1968, reúne orientações gerais para aplicação do AI-5. Entre elas, duas deliberações relacionadas com a censura no tópico “prescrições diversas”. Uma estabelecia que a Secretaria de Segurança e a Polícia Militar de Minas Gerais deveriam definir os responsáveis, em cada município, pela execução da censura. A outra determinava que nas localidades onde havia unidades militares do exército, a censura ficaria a cargo do seu comando.⁸²

No caso de Belo Horizonte, o confronto de testemunhos dos jornalistas entrevistados para este trabalho com a documentação reunida pelo APM sobre a censura permite inferir que inicialmente o controle da imprensa foi feito pela ID-4 ou por

⁷⁹DOYLE, Fábio. A censura sempre existiu. E ainda existe.

⁸⁰Entrevista com Fábio Doyle. 17/07/2013

⁸¹Entrevista de Acílio Lara Resende. 26/04/2013.

⁸²Arquivo Público Mineiro, pasta 4153, rolo 055.

unidades por ela designadas. O jornalista Adval Coelho recorda-se, por exemplo, da presença de professores e instrutores do CPOR na redação de O Diário,⁸³ enquanto seu colega Afonso Celso Raso informa que nas primeiras edições, logo após o AI-5, os originais do jornal eram levados à sede da ID-4, onde havia um censor à espera do material. Posteriormente, diz ele, os censores, ligados ao exército, passaram a frequentar a redação.⁸⁴ Lembrança parecida é evocada por Carlos Lindenberg:

Oficiais da ID-4 iam para a redação do Estado de Minas e liam todos os originais. Todos. Os textos que eles achavam que não estavam dentro da orientação eram vetados. Tínhamos que fazer outros. Eu me lembro de um ou dois oficiais, no canto da redação, numa mesa.⁸⁵

Titular da coluna Esquina dos Aflitos, publicada em O Diário durante muitos anos, Afonso Raso divide a censura em três fases – ainda que não seja possível apreender daí uma periodização. A primeira, deflagrada logo no início do AI-5, é chamada por ele de “censura burra”. “Se tinha uma notícia que não podia sair, jogava-se uma cruz em cima e colocava outra matéria no lugar (...) Era antieconômica. Coisa terrível. Separava a edição, levava o jornal lá [*na ID-4*], voltava e fazia de novo.”⁸⁶

Vale ressaltar que aqui o sentido de “censura burra” tem uma conotação econômica, ou seja, associada aos prejuízos financeiros que a prática impunha às organizações jornalísticas. No entanto, há outro sentido – ainda mais forte no imaginário dos jornalistas – que é o da atividade exercida por pessoas sem preparo intelectual ou refinamento cultural para interferir no trabalho alheio. Esse sentimento fica patente nas palavras de Washington Melo, que foi repórter do Diário da Tarde e presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

A gente achava que eles eram muito burros, que às vezes proibiam uma bobagem e deixavam passar coisas importantes. Eles eram boçais só de aceitarem essa missão (...) Então, a gente tinha certo preconceito com esse pessoal da censura.⁸⁷

De acordo com essa percepção, esses profissionais, por serem “burros”, praticavam uma censura indiscriminada e aleatória. No entanto, tal ideia é refutada por historiadores que se debruçaram mais recentemente sobre a relação entre imprensa e censura oficial. Nessa perspectiva, insere-se, por exemplo, o trabalho de Aquino, que

⁸³Entrevista com Adval Coelho concedida em 13/05/2013.

⁸⁴Entrevista com Afonso Celso Raso. 3/05/2013.

⁸⁵Entrevista com Carlos Lindenberg. 18/04/2013.

⁸⁶Entrevista com Afonso Celso Raso. 3/05/2013.

⁸⁷Entrevista com Washington Melo. 16/05/2013.

contesta a noção de uma censura que atuava ao “sabor dos ventos”. Para ela, na maioria das vezes, a censura agiu de forma metódica, segundo uma “lógica interna”, monitorando os veículos de acordo com o seu perfil editorial.⁸⁸

A segunda fase da censura, segundo a categorização proposta por Raso, ocorreu com a presença diária ou quase diária de censores nas redações. E a terceira e última foi instituída pela autocensura, que ele define como “mais inteligente”, porque não acarretava os prejuízos provocados pela censura prévia. “Você podia publicar o que quisesse, mas tinha que assumir a responsabilidade pela publicação. A famosa liberdade com responsabilidade”.⁸⁹

Com os elementos levantados nas entrevistas, seria arriscado precisar o tempo de permanência dos censores do exército nas redações de Belo Horizonte. Luiz Fernando Perez, que trabalhava na TV Itacolomi, dos Diários Associados, e na sucursal de O Estado de São Paulo, no final da década de 1960, afirma que eles frequentaram as redações durante cerca de seis meses.⁹⁰ Manoel Hygino, de O Diário, fala em dois anos após a deflagração do AI-5.⁹¹ Mesmo entre profissionais dos Diários Associados, essa percepção é discrepante. Enquanto Washington Melo, ex-repórter do vespertino Diário da Tarde, estima em cerca de um ano⁹², Roberto Elísio, do coirmão Estado de Minas, acredita que o trabalho presencial do censor – coronel do exército, frisa ele – não durou mais do que uma semana.

Ele ficava sentado na sala do Cyro Siqueira, que era o editor-chefe. E eu era obrigado a levar [*as matérias*] para conferir o noticiário político. Mas depois sumiu de lá (...) Inclusive ele ia à paisana, não ia fardado.⁹³

Terminada a fase da censura prévia, estabeleceu-se o mecanismo da autocensura operacionalizado por meio de bilhetes, telefonemas e mensagens de telex – terminologia usada por alguns entrevistados em alusão à tecnologia de transmissão de dados existente na época – levados à redação não mais por oficiais do exército, mas por um agente da Polícia Federal, Leopoldo Portela, que se transformou no rosto da censura política em Minas, figura que receberá uma abordagem particularizada no quinto capítulo.

⁸⁸AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, imprensa, estado autoritário (1968-1978), p. 233-234.

⁸⁹Entrevista com Afonso Celso Raso. 3/05/2013.

⁹⁰Entrevista concedida por Luiz Fernando Perez. 27/03/2013.

⁹¹Entrevista com Manoel Hygino dos Santos. 17/06/2013.

⁹²Entrevista com Washington Melo. 16/05/2013.

⁹³Entrevista com Roberto Elísio. 05/04/2013.

Esse esboço de periodização, ainda que sujeito às imperfeições da memória, sugere diferenças em relação àquele proposto por Aquino, que em linhas gerais aponta que a censura começou a ser feita por bilhetinhos e telefonemas, configurando o que viria a ser chamado de autocensura, e só depois as redações passaram a conviver com profissionais especializados. De acordo com os relatos dos jornalistas mineiros, aqui a censura, em seus primeiros dias pós-AI-5, era feita nas unidades militares, depois por oficiais nas redações e só mais tarde passaria a prevalecer o mecanismo da autocensura.

Em seu trabalho sobre as representações da ditadura nos principais jornais do eixo Rio-São Paulo, Motta também observa que a censura começou a ser feita de forma improvisada por militares nas redações, onde permaneceram por algumas semanas. Por volta de abril/maio de 1969, os militares foram retirados e logo depois entrariam em cena os profissionais da Divisão de Censura da Polícia Federal.⁹⁴

⁹⁴MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969, p.80

CAPÍTULO 4 – JORNAIS, JORNALISTAS E A CENSURA NO PÓS- 68

4.1 “O GRANDE JORNAL DOS MINEIROS”: CENSOR DE SI MESMO

Em seu *1968*, Zuenir Ventura rememora a operação nacional desencadeada pelo regime para controlar o noticiário da imprensa antes mesmo do anúncio oficial do Ato Institucional nº 5. No dia 13 de dezembro de 1968, uma sexta-feira, O Estado de S. Paulo fora proibido de circular, enquanto o Jornal da Tarde teve parte de sua edição apreendida. No Rio de Janeiro, o jornal O País chegou a driblar a censura prévia, mas acabou retirado das bancas horas depois. Seu diretor, o jornalista Joel Silveira, foi preso.

Ainda de acordo com o relato, o Correio da Manhã circulou normalmente. Na madrugada de sexta-feira, o Correio recebeu a visita de oficiais do regime, mas como não se identificaram foram mandados embora. Logo depois, a redação foi invadida por agentes do Dops e da Polícia Federal. Também no Rio de Janeiro, o Jornal do Brasil, que circulara sem maiores problemas em 13 de dezembro, fora obrigado pelos censores a fazer profundas alterações em sua edição do dia seguinte, a mesma que recorrera à alegoria do mau tempo para alertar sobre os riscos do AI-5. Em Brasília, o Correio Braziliense chegou às bancas sob censura prévia, sem o noticiário da votação da Câmara Federal.⁹⁵

Essa turbulência, no entanto, parecia não afetar a redação do Estado de Minas, o principal veículo de comunicação de Minas Gerais. Em seu editorial de 14 de dezembro de 1968, o autointitulado “Grande Jornal dos Mineiros” publicou editorial – *Testemunho necessário* – em que tenta justificar o ato mais extremo adotado pelo regime, qualificando-o como uma medida fundamental para restabelecer a ordem instituída em 1964.

(...) Os acontecimentos das últimas horas só serão compreendidos se colocados no contexto do processo revolucionário de 31 de março; nos aspectos afirmativos como nas deficiências desse processo.

E acrescentava:

(...) Ao desamparo, embora ocasional da maioria com que contava e premido por outros fatores, entre os quais as desordens estudantis, os imprudentes pronunciamentos de uma parcela do clero e os ressentimentos compreensíveis das Forças Armadas, que não obtiveram da Câmara o que lhes parecia um direito à reparação dada pela Justiça, o governo teve que retomar a linha anterior, editando o

⁹⁵VENTURA, Zuenir. 1968: o ano que não terminou (edição revisada). São Paulo: Editora Planeta, p.251-252

Ato Institucional nº 5, que vem colocar o país no ponto de partida de 31 de março, sob o aspecto de suas instituições [...].⁹⁶

Se criou transtornos econômicos, operacionais e até conflitos éticos para alguns jornais brasileiros, a censura não representou qualquer problema para o Estado de Minas, na visão de Carrato, “tal a convergência entre a visão de seus diretores e editores e os postulados dos ocupantes do poder.”⁹⁷ Para a autora, a censura acabou se convertendo em alibi para o jornal não publicar assuntos considerados inconvenientes aos seus interesses. Assim, o Estado de Minas esteve longe de demonstrar constrangimentos frente à censura e demais instrumentos de força de que o governo lançava mão.⁹⁸ Para ilustrar esse adesismo incondicional, Carrato cita o episódio que ficou conhecido como o “golpe dentro do golpe”, ocorrido em agosto de 1969, quando o então vice-presidente Pedro Aleixo, udenista histórico e um dos fundadores do jornal,⁹⁹ fora impedido de assumir a Presidência da República, vaga com a doença do general Costa e Silva. Acabou preterido por uma junta militar, fato incapaz de sensibilizar um jornal que se proclamava defensor dos interesses do Estado.

Durante a crise e mesmo no seu desfecho, o jornal não esboça qualquer apoio à posse de Aleixo, seja em forma de notícia, artigo ou editorial. É inegável que a censura estava em pleno vigor, mas defender a legalidade ou os “interesses de Minas” naquela hora não passou sequer pela cabeça dos responsáveis pela publicação, que se apressavam em elogiar os militares e demonstrar o máximo de apoio às suas ações.¹⁰⁰

A tese do colaboracionismo é corroborada, em boa medida, por relatos de jornalistas que trabalharam no veículo durante o regime militar. O testemunho de Roberto Elísio, por exemplo, é indicativo de que o censor – um coronel, segundo suas lembranças – teve pouco trabalho no curto período em que cumpriu expediente na sala do editor geral, Cyro Siqueira.

Ele nunca mexeu em nada. Até porque o Estado de Minas foi muito favorável ao golpe militar. Era quase porta-voz (...) O Estado de São Paulo depois começou com uns ‘furinhos’ de independência e eles

⁹⁶Testemunho necessário. Estado de Minas. 14/12/1968.

⁹⁷CARRATO, Angela. A “amena” casa de Assis. Papel e atuação do jornal Estado de Minas na década de 60, p.96.

⁹⁸_____. A “amena” casa de Assis, p.99

⁹⁹O Estado de Minas foi fundado em 7 de março de 1928 por um grupo de jovens acadêmicos, formado por Pedro Aleixo, Álvaro Mendes Pimentel e Juscelino Barbosa. (LINHARES, Joaquim Nabuco;CASTRO, Maria César Pimenta Spínola. Itinerário da imprensa de Belo Horizonte: 1895-1954. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995, p. 260)

¹⁰⁰CARRATO, Angela. A “amena” casa de Assis, p.103.

começaram a censurar. O Estado de Minas, pelo menos enquanto eu fui editor de política, nunca foi censurado [grifo meu].¹⁰¹

Se a censura prévia ou presencial praticamente não deu o ar de sua graça no principal jornal de Minas Gerais, como explicar a adesão quase incondicional às diretrizes do regime militar? Além da vocação governista do jornal – historicamente o veículo sempre se alinhou com o Palácio da Liberdade –, o Estado de Minas também foi alvo de um fenômeno que impactou profundamente a noção de liberdade de pensamento e de imprensa entre veículos e profissionais brasileiros: a autocensura.

A autocensura é um tema que vem despertando o interesse de muitos historiadores que se debruçam sobre a relação entre Estado e Imprensa em regimes autoritários, como o vivido pelo Brasil entre 1964 e 1985. Um breve apanhado das interpretações feitas por esses estudiosos confirma o caráter não consensual do conceito. No entendimento de Aquino, a autocensura é uma capitulação, já que o papel de censurar teria sido transferido do Estado para a direção do jornal.¹⁰²

Smith considera a autocensura uma expressão imprópria, pois não se tratava de uma sanção imposta pelos jornalistas a si mesmos, mas pelo regime às empresas de comunicação e a seus profissionais. E diferentemente da atitude heroica em alguns momentos – ainda que estéril – demonstrada por aqueles que foram submetidos à censura prévia, a postura de quem se curvou à autocensura foi de consentimento. “Não é o silêncio da ignorância ou da falta de discernimento, mas da abstenção consciente”.¹⁰³

Soares classifica a autocensura em dois tipos: a institucional, em que as empresas de comunicação acatavam as proibições recebidas, livrando-se da presença de censores nas redações e do ônus de submeterem sua produção jornalística aos órgãos de Estado. Por outro lado, “transformavam-se em executoras e cúmplices da censura, das quais as principais vítimas eram elas próprias”. A outra vertente é o que chama de autocensura individual, que alcança, em maior ou menor grau, todas as pessoas que lidavam com a produção de bens culturais, já que poderia desencadear demissões e atos de repressão.¹⁰⁴

Os profissionais do Estado de Minas e do Diário da Tarde vivenciaram na prática, cada qual a seu modo e de acordo com as suas convicções e percepções de

¹⁰¹Entrevista com Roberto Elísio. 05/04/2013.

¹⁰²AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, imprensa, estado autoritário (1968-1978), p.222.

¹⁰³SMITH, Anne Marie. Um acordo consentido, p.136.

¹⁰⁴SOARES, Gláucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 4, n. 10, jun. 1989, p. 38

mundo, as situações de consentimento, cumplicidade, instinto de sobrevivência e tantas outras descritas por esses autores. E se praticamente não houve censura direta, *in loco*, dos agentes do regime, sobrou autocensura na redação do EM-DT, principalmente a de natureza empresarial. Como o Estado transferiu para as empresas jornalísticas o papel de interditar e seus profissionais souberam assimilá-lo sem maiores dilemas de consciência, não é de se estranhar que jornalistas como Roberto Elísio, editor de uma área estratégica para os interesses do regime, tenham passado incólume pelo jugo da censura.

Eu acho até que desenvolvi uma espécie de autocensura. Eu sabia o que agradava e o que não agradava os militares. Você não ia escrever: “o país está dominado pela ditadura”. Isso, claro, não ia sair. Então, você não escrevia mesmo.¹⁰⁵

Editorialista do jornal durante 45 anos, presidente do Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais no triênio 1975-1978 e figura constantemente associada ao sindicalismo renovado que varreu o país na segunda metade da década de 1970¹⁰⁶, Dídimo Paiva relata a atenção que os diretores da publicação dispensavam aos editoriais que redigia. “Tínhamos um cuidado danado. Diziam: ‘Cuidado com o editorial’. E eu respondia: ‘Mas o senhor vai ler, uai!’”.¹⁰⁷

O senhor em questão, na verdade, eram três: Geraldo Teixeira da Costa, Paulo Cabral e Pedro Aguinaldo Fulgêncio, três dos principais dirigentes do jornal nas décadas de 1960 e 1970. Talvez por ter se cristalizado na dinâmica diária da redação, a interferência dos diretores sobre o teor dos editoriais é minimizada por Dídimo. “Mas isso não era bem censura. Alguém podia falar que não gostou daquela palavra lá e cortou”.¹⁰⁸

À época, era comum que temas proibidos chegassem ao conhecimento dos jornalistas exatamente por estarem censurados. Só que em vez de aportarem nas redações como pautas, desembarcavam com o carimbo do veto. Foi assim com a Guerrilha do Araguaia e com as mortes de Carlos Marighella e Carlos Lamarca. No caso deste último, perseguido e executado pelo Exército em agosto de 1971, Dídimo recebeu a informação sobre a sua morte e avaliou que deveria publicá-la. Cauteloso,

¹⁰⁵Entrevista com Roberto Elísio. 5/04/2013.

¹⁰⁶A trajetória de Dídimo Paiva é descrita no perfil biográfico escrito por MARTINS, Tião e SENA, Alberto. Passos de uma paixão: Dídimo Paiva e a dignidade no jornalismo. Belo Horizonte: Conceito Editorial, 2011, 190p.

¹⁰⁷Entrevista concedida por Dídimo Paiva. 22/03/2013.

¹⁰⁸Entrevista com Dídimo Paiva. 22/03/2013.

procurou Pedro Aguinaldo Fulgêncio. “Ele falou assim: ‘Não vamos dar isso, não. Esse negócio é muito complicado’. Eu tinha o dever de falar com ele”.¹⁰⁹

Editor-geral do Estado de Minas no final dos anos 1960 e ao longo da década de 1970, Cyro Siqueira concedeu, em fevereiro de 1977, uma entrevista ao jornal De Fato, veículo da imprensa alternativa de linha editorial crítica ao regime militar e que representaria um ponto de inflexão na relação dos jornais mineiros com a censura, conforme veremos mais adiante. O jornal também se dedicava a discutir e a criticar o trabalho da imprensa, principalmente a mineira, considerada provinciana, conservadora e umbilicalmente ligada ao poder. O pretexto da entrevista eram os 50 anos de fundação do Estado de Minas, que, para os críticos, era a representação fiel desse tipo de imprensa. A autocensura foi um dos temas da entrevista, e Siqueira demonstrou conformismo ao falar do fenômeno como se fosse um desígnio inevitável, fundamental, inclusive, para a sobrevivência de qualquer jornal.

Não há uma empresa que não diga que não faz autocensura. Ou faz por problemas de ordem financeira, pessoal, ou por ordem política. A autocensura, nesses termos, é indispensável para a sobrevivência de qualquer jornal [grifo meu]. Sem ela o tempo de vida de um jornal tende a ser muito pequeno (...) Em qualquer lugar do mundo, em qualquer regime, existe um tipo de autocensura. Quando você, individualmente, senta diante da máquina, você sabe as limitações que tem ao escrever. A extensão, ou a gama da autocensura, é que varia. Mas existe um tipo de autocensura. Pode ser que a extensão da autocensura agora seja um pouco maior, por estar sucedendo a existência concreta da censura.¹¹⁰

O jornalista Cyro Siqueira figurava na lista de fontes deste trabalho. A entrevista, no entanto, não se concretizou em função dos seus problemas de saúde. Como editor-geral do Estado de Minas no período em que vigorou o AI-5, recebia censores em sua sala, segundo relatos de alguns de seus colegas jornalistas, e possivelmente poderia contribuir com informações e reflexões sobre o tema. Convém ressaltar que suas ideias sobre censura e autocensura expostas ao De Fato refletem um posicionamento forjado ainda no calor dos acontecimentos, aquilo que Da Matta chama de “ondas de impacto”.¹¹¹ Se entrevistado nos dias atuais, é possível que as posições de Siqueira fossem remodeladas pela baliza do presente e pelo distanciamento imposto

¹⁰⁹Entrevista com Dídimo Paiva. 22/03/2013.

¹¹⁰Cinquenta anos do Estado de Minas: entrevista com seu editor Cyro Siqueira. De Fato. Fevereiro de 1977.

¹¹¹DA MATTA, Roberto. Relativizando – uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p.128.

pelo tempo. Afinal, como alerta Bosi, “a memória não é sonho, é trabalho”, e lembrar não é simplesmente recordar, mas refazer e reconstruir as experiências do passado com base nas ideias e imagens do presente.¹¹²

4.2 O DIÁRIO E A CRÔNICA DE UMA CENSURA ANUNCIADA

Em Belo Horizonte, às duas horas da madrugada, um oficial do exército acompanhado de cinco soldados armados de metralhadoras chegava às oficinas de O Diário, da arquidiocese de Belo Horizonte.¹¹³

Esse breve relato feito por Ventura aborda a visita que oficiais do Exército teriam feito à sede do jornal poucas horas depois da deflagração do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968. Um dos desdobramentos da medida mais extrema adotada pelo regime militar foi o endurecimento das relações com a imprensa por meio de perseguições a jornais e profissionais, invasões de redações e censura em todo o país, incluindo em Minas a sede do jornal católico.

Ligado à Arquidiocese de Belo Horizonte, o Diário foi, durante décadas, um dos mais tradicionais veículos do Estado, rivalizando em alguns momentos com o Estado de Minas na preferência dos leitores. Começou a circular em 1935 e foi controlado pela Cúria da capital mineira até outubro de 1969, quando em grave situação financeira acabou vendido a um grupo empresarial. De inspiração católica, como ressalta o jornalista José Mendonça, que trabalhou no jornal de 1938 a meados dos anos 1960, abrigou nomes importantes da intelectualidade mineira, como Edgar da Mata Machado e João Etienne Filho.¹¹⁴ Nos seus últimos anos como veículo ligado à Arquidiocese de BH, chegou a circular com a inscrição “O maior jornal católico da América Latina.”¹¹⁵

O relato sucinto de Ventura sobre a presença de militares na sede de O Diário é confirmado pelo jornal, que publicou na edição do dia seguinte, 14 de dezembro, uma nota sem título no canto alto direito da primeira página com os seguintes dizeres:

¹¹²BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembrança de velhos. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979, p. 17.

¹¹³VENTURA, Zuenir. 1968, o ano que não terminou, p.251.

¹¹⁴Entrevista com José Mendonça. 13/04/2013.

¹¹⁵Em depoimento redigido para um perfil sobre sua trajetória, Mendonça afirma que a definição não foi criada por um publicitário do jornal, mas pelo jornalista Pére Émile Gabel, que presidiu a União Internacional de Imprensa Católica. No final dos anos 1950, Gabel fez um périplo pela América Latina para visitar os jornais católicos e esteve em Belo Horizonte onde conheceu as instalações de O Diário. FARIA, Maria Auxiliadora de Faria; FRICHE, Flávio; GUIMARÃES, Manoel Marcos. José Mendonça: a vida revelada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 139-140

O Diário recebeu a visita de militares, na madrugada de ontem, que examinaram matérias contidas em nossa edição de 13 de dezembro. No mesmo dia, em atendimento à solicitação do general Álvaro Cardoso, o Prof. Wilson Chaves, diretor-presidente deste jornal, a exemplo dos demais dirigentes de órgãos de imprensa da capital mineira, esteve na ID-4, tomando conhecimento das recomendações relativas à publicação e circulação dos veículos de divulgação em nosso Estado. Assim, a partir de hoje, nossas edições serão distribuídas após prévio exame das autoridades militares de Minas Gerais.¹¹⁶[grifo meu]

Em poucas linhas, a nota traz duas informações-chave. Uma diz respeito à reunião entre a cúpula do regime militar e dirigentes de jornais de Belo Horizonte abordada no capítulo anterior. O redator do jornal, mais cauteloso, chamou de “visita” o que, pelo relato de Ventura, pode ser interpretado como uma invasão, considerando o forte aparato envolvido na operação. Manoel Hygino supõe que a nota de primeira página estampada por O Diário e a descrição de Zuenir Ventura aludem, na prática, ao mesmo episódio, mas não se lembra – nem acredita – que a chegada dos oficiais do Exército tenha tido o caráter ostensivo narrado pelo autor de 1968. Para ele, foi uma operação desencadeada com o “maior cuidado”, porque não era de “bom alvitre” para as forças armadas tomarem uma atitude mais violenta contra um jornal de oposição ao regime e a suas ideias.¹¹⁷

A outra informação é o anúncio de que as edições seguintes de O Diário seriam submetidas ao “prévio exame das autoridades militares”, eufemismo para “censura”. Aqui cabe uma reflexão sobre a decisão de se publicar uma nota com esse teor. Apesar de censurados, alguns dos principais jornais do Brasil não costumavam se posicionar explicitamente – a censura acabaria se tornando tema proibido por um Estado que procurava manter uma fachada de legalidade para seus atos. Receitas de bolos, versos de Camões e previsões meteorológicas sombrias introduzidos no lugar de material interditado funcionavam como mensagens cifradas que os jornais emitiam na expectativa – vã em muitos casos – de que seus leitores desconfiassem de que algo anormal estava acontecendo.

O Diário fugiu do padrão e trouxe a informação cristalina com o cuidado apenas de evitar o termo “censura”. E a repetiu, de forma mais lacônica, na edição do dia 15 de dezembro: “Atendendo determinações dos altos escalões militares, esta edição de O

¹¹⁶O Diário. 14/12/1968.

¹¹⁷Entrevista com Manoel Hygino. 17/06/2013.

DIÁRIO circula após prévio exame de autoridades por eles designados”.¹¹⁸ Mesmo não se lembrando dos detalhes que envolveram a publicação da nota, Manoel Hygino acredita que o objetivo era deixar claro que o jornal vivia um momento de exceção e que o conteúdo publicado não traduzia necessariamente a sua linha editorial. A decisão de publicar o aviso de censura que à primeira vista poderia soar como submissão ao autoritarismo recebe, do então diretor de redação, uma interpretação oposta. “Poderia ser uma demonstração de independência diante da situação, do quadro de coação que a imprensa vivia naquele momento”.¹¹⁹

Nas edições imediatamente posteriores e nas examinadas ao longo de 1969 não se veem registros semelhantes. O jornal também não informa se e quando a censura ao Diário foi levantada. Manoel Hygino, no entanto, estima que o jornal foi alvo de censura sistemática durante dois anos, segundo ele, a mais longa entre os veículos mineiros. O jornalista conta que, em uma das reuniões com a cúpula do exército em Minas, os dirigentes dos jornais de Belo Horizonte teriam sido informados pelo coronel Octávio de Aguiar Medeiros de que a censura nas redações havia acabado, menos em O Diário, sinal, segundo ele, da “força, da influência e do respeito” desfrutados pelo jornal.¹²⁰

Descontado o exagero da afirmação de Hygino de que se tratava de um jornal de oposição, O Diário ostentava um perfil capaz de incomodar o regime.¹²¹ Antes mesmo da ditadura militar, o veículo viveu seus embates com a censura. O jornalista José Mendonça, que atuara no jornal durante o Estado Novo, recorda-se da presença diária na redação de Moacyr Andrade, dublê de censor e jornalista, que trabalhava na Imprensa Oficial e assinava uma coluna no jornal Estado de Minas. Além disso, uma de suas figuras mais ilustres, o jurista Edgar da Mata Machado teve seu mandato de deputado federal cassado em 1968 pelo AI-5 e também foi afastado de sua cátedra na Faculdade de Direito da UFMG.¹²² Mata Machado já não trabalhava mais em O Diário, mas ainda era uma referência no jornal que ajudou a projetar a partir de meados dos anos 1930. Outro aspecto que despertava a atenção dos militares era a própria ligação de

¹¹⁸O Diário. 15/12/1968.

¹¹⁹Entrevista com Manoel Hygino. 17/06/2013.

¹²⁰Entrevista com Manoel Hygino. 17/06/2013.

¹²¹Entrevista com José Mendonça. 13/04/2013. Seu relato é coerente com o do ex-colega João Etienne Filho em entrevista concedida ao Jornal Pauta, do Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais, na edição de janeiro-março de 1989. Apud CARRATO, Ângela. A “amena” casa de Assis. Papel e atuação do jornal Estado de Minas na década de 60.

¹²²Mais tarde, em 1973, o filho de Edgar, o estudante e militante de esquerda José Carlos da Mata Machado, seria morto em Recife pelas forças da ditadura.

O Diário com a Igreja Católica, que, de apoiadora de primeira hora do golpe de 1964, ensaiava em 1968 seus primeiros protestos contra o regime que perseguia religiosos vinculados à sua ala considerada progressista.¹²³

Um fato ocorrido dias antes da edição do AI-5 e que pôs O Diário no fogo cruzado de uma crise entre o regime e a Igreja é indício de que a censura ao jornal talvez tenha ganhado contornos próprios na comparação com outros veículos de Belo Horizonte. A Arquidiocese da capital mineira era comandada na época por Dom João Resende Costa e Dom Serafim Fernandes de Araújo, que mesmo não identificados com a ala progressista da Igreja Católica, acabaram se chocando com o regime por conta da prisão de quatro religiosos. No dia 28 de novembro de 1968, três padres franceses – Michel Marie Le Ven, Francisco Xavier Berthou e Hervé Crogrense –, além do diácono brasileiro José Geraldo da Cruz, que atuavam na paróquia do Horto, na Zona Leste de Belo Horizonte, foram presos pelas forças de repressão, acusados de práticas subversivas.

O Diário deu ampla cobertura ao episódio e já no dia 30 de novembro estampava um editorial de protesto contra a ação¹²⁴ e uma matéria de teor informativo sobre a detenção.¹²⁵ Na edição de 1º de dezembro, um domingo, o jornal começa a assumir uma posição de enfrentamento, denunciando, em editorial, suposta “perseguição à Igreja”¹²⁶. Ainda no mesmo número, circulou a íntegra da homilia preparada por Dom Serafim que foi lida em missas celebradas nas igrejas da Arquidiocese.¹²⁷ A partir daí, o assunto ganhou destaque crescente nas páginas do jornal. No dia 10 de dezembro de 1968, três dias antes do AI-5, o Diário anunciava a chegada do chefe dos padres franceses, Henri Guillemin, para acompanhar o caso¹²⁸, e noticiara que a Igreja entrara com pedido de *habeas corpus* no Superior Tribunal Militar (STM) solicitando a libertação dos padres.¹²⁹ No dia 11, o jornal publicou a íntegra da peça jurídica, que ocupou mais de uma página da edição.¹³⁰ Ao mesmo tempo, repercutia a prisão com representantes da sociedade civil. Na mesma edição, trouxe entrevista de Pedro Servo, que presidia o

¹²³Sem a intenção de estabelecer qualquer tipo de comparação entre os dois jornais, vale registrar que outro veículo católico, O São Paulo, da Cúria metropolitana paulistana, foi censurado de junho de 1973 a junho de 1978. (SMTH, Anne, Um acordo forçado, p.97).

¹²⁴Prisão de padres. O Diário. 30/11/1968

¹²⁵Exército detém 3 padres a pretexto de subversão. O Diário. 30/11/1968

¹²⁶Perseguição à Igreja. O Diário. 01/12/1968

¹²⁷Igreja de BH toma posição. O Diário. 01/12/1968.

¹²⁸Superior dos padres chega hoje ao Brasil. 10/12/1968

¹²⁹Habeas-corpus para padres deu entrada ontem no STM. O Diário. 10/12/1968.

¹³⁰Confiança na Justiça. O Diário. 11/12/68

Clube dos Advogados de Minas Gerais. A manchete reproduzia, entre aspas, uma declaração do advogado: “Perseguição a padre pode derrubar governo”.¹³¹

Enquanto o jornal protestava contra as prisões, que considerava injustas, seus concorrentes dos Diários Associados – Estado de Minas e Diário da Tarde – davam tratamento oposto ao episódio, engrossando o discurso anticomunista do governo. O Estado de Minas, por exemplo, publicou em 8 de dezembro, a existência de um plano para combater a subversão no clero.¹³² Já o Diário da Tarde, em edição que circulou em 6 de dezembro, trouxe matéria de primeira página sobre as suspeitas de que o padre Le Ven usava um sítio da Juventude Internacional Católica (JIC), em Vespasiano, como centro de treinamento de guerrilheiros. A apuração do jornal baseava-se no depoimento do caseiro, segundo o qual no local os jovens corriam, faziam exercícios físicos e se divertiam com bombinhas e espingardas.¹³³ Na mesma edição, O DT circulou com uma matéria sobre coletiva de imprensa convocada pelo coronel Octávio Medeiros, da ID-4, na qual apresenta os supostos materiais subversivos encontrados com os padres. O título dá o tom do relato: “O coronel falou: êsses padres são guerrilheiros”.¹³⁴

Em 12 de dezembro, o então presidente Costa e Silva visitou Belo Horizonte para paraninfar uma turma de economistas formada pela Faculdade Municipal de Ciências Econômicas e para a inauguração do Centro de Processamento de Dados do governo de Minas. A manchete principal de O Diário informava: “Costa chega hoje, mas não falará da prisão de padres”.¹³⁵

Em outra matéria de primeira página, o jornal católico falava abertamente em uma crise entre o clero e o regime. O arcebispo Dom João Resende Costa se negou a participar de almoço com o presidente dentro das festividades de 71 anos de fundação da capital mineira. Oficialmente, o arcebispo enviou telegrama declinando do convite, o que foi interpretado “como agravamento da crise entre o clero e o governo”. Em seguida, o jornal, que ouviu fontes em *off the record*, informava:

Fontes do Palácio Cristo Rei, extraoficialmente, comentam que o Arcebispo Metropolitano se sentiria constrangido em comparecer ao almoço. Seria como se o pai de filhos aprisionados fôsse participar da mesa de refeições daqueles que os haviam prendido.¹³⁶

¹³¹“Perseguição a padre pode derrubar governo”. O Diário. 11/12/1968.

¹³²Padres e militares já examinam plano contra subversão no clero. Estado de Minas. 08/12/1968

¹³³A fazenda suspeita. Diário da Tarde. 6/12/1968

¹³⁴O coronel falou: êsses padres são guerrilheiros. Diário da Tarde. 6/12/1968

¹³⁵Costa chega hoje, mas não falará da prisão de padres. O Diário. 12/12/1968

¹³⁶Dom João não vai ao almoço de hoje a CS. O Diário. 12/12/1968.

A página 4 circulou com um editorial de tom diplomático, buscando colocar a Igreja “acima das divisões que marcam os séculos, enquanto Ela permanece, sobranceira e perene”. O texto fez breve menção à prisão dos padres e concentra sua análise na crítica ao “capitalismo feroz” e ao “comunismo anticristão”.¹³⁷

Mesmo sem partir para o confronto direto, nota-se que O Diário assumira naqueles dias o papel de porta-voz da Igreja de Belo Horizonte na crise com o regime militar. A escalada descrita acima, no entanto, sofre uma inflexão exatamente com a adoção do AI-5 e com o início da censura nas redações brasileiras. No dia 14 de dezembro, quando circulou com o aviso de censura, o episódio ainda foi tema de duas notícias: uma informava sobre a reunião com 300 padres comandada pelos bispos Resende Costa e Serafim para discutir a prisão dos padres¹³⁸ e a outra relatava que o superior dos religiosos não obtivera permissão para visitá-los.¹³⁹ A partir daí, o noticiário sobre a prisão dos padres escasseia e, ao mesmo tempo, o jornal começa a encampar o discurso oficial de combate ao terror, de guerra aos comunistas e outros temas da agenda da ditadura. Em editorial publicado no dia 17 de dezembro, O Diário faz uma defesa, ainda que tímida, do AI-5.

O Ato Institucional nº5 se chocou a opinião pública por conter determinados dispositivos não esperados, mesmo pelos mais argutos observadores políticos, deu sequência apenas a um trabalho que o presidente Costa e Silva considera imprescindível à consecução dos objetivos colimados por seu antecessor.¹⁴⁰

Três dias depois, uma nota discreta dava conta de que, enfim, o padre Guillemín, o superior dos religiosos franceses, conseguira visitá-los.¹⁴¹ Em editorial no dia 22 de dezembro, o jornal contestava artigo de Heron Domingues, publicado dois dias antes no Estado de Minas, em que defendia a expulsão dos padres do país antes mesmo da conclusão do IPM.¹⁴² O assunto só voltaria à tona duas vezes, já no ano de 1969. Em nota publicada em 4 de janeiro, o Diário informava que o ministro da Justiça, Gama e Silva, estudava a soltura dos padres presos como forma de evitar um conflito diplomático com a França.¹⁴³ E a última notícia sobre o episódio circularia apenas em 6

¹³⁷O presidente em BH. O Diário. 12/12/1968.

¹³⁸Padres fizeram reunião de 4 horas: problema dos religiosos presos. O Diário. 14/12/1968

¹³⁹Visita aos padres presos só com ordens superiores. O Diário. 14/12/1968

¹⁴⁰31 de março - 13 de dezembro. O Diário. 17/12/1968.

¹⁴¹Padre Guillemín visitou ontem os quatro religiosos presos. O Diário. 20/12/1968.

¹⁴²A verdade, eis o que se quer. O Diário. 22/12/1968.

¹⁴³Padres franceses poderão ser libertados em breve. O Diário. 4/01/1969.

de fevereiro com a informação de que a libertação fora deliberada pelo juiz auditor, Antônio de Arruda, com uma justificativa vaga: o excesso de prazo de detenção.¹⁴⁴

Ao cruzarmos as implicações envolvendo os dois fatos – a prisão dos padres e o endurecimento da repressão com a implantação do AI-5 – é possível inferir, com razoável grau de segurança, que a censura foi diretamente responsável pela mudança de tom na cobertura do episódio feita pelo O Diário. Nos primeiros dias após a prisão, ocorrida no final de novembro de 1968, o jornal, mesmo cuidadoso, exerceu seu papel de porta-voz dos interesses da Igreja, publicando editoriais, matérias jornalísticas, repercussões na sociedade civil, chegando até mesmo a especular sobre uma crise entre Estado e Igreja.

Depois do AI-5, com o jornal admitindo publicamente que estava sob censura, o noticiário da detenção dos religiosos foi sumindo de suas páginas, o que reforça a tese de Manoel Hygino, segundo a qual o jornal optou por avisar que estava sendo controlado para deixar claro ao leitor que interferências externas poderiam comprometer sua linha editorial. Nas páginas do jornal, o episódio da prisão e a consequente crise entre Estado e Igreja parecem ter se encerrado no dia 6 de fevereiro com uma nota seca, equidistante, sem “aspas”, (declarações e opiniões das figuras envolvidas tanto pela parte do regime quanto pelo lado da Igreja) confirmando o desfecho do caso. Nada mais foi publicado desde então, nem mesmo um comunicado saudando a decisão da justiça militar ou depoimentos dos padres relatando os dois meses de cárcere.

O que se vê a partir de então é um jornal cada vez mais atrelado ao noticiário oficial, veiculando quase que diariamente informações sobre cassações e expurgos perpetrados à luz do AI-5¹⁴⁵ ou reproduzindo longas entrevistas do então presidente Costa Silva: Numa delas, concedida a veículos brasileiros e estrangeiros, Costa e Silva argumentou que a edição do AI-5 não manchara a imagem do Brasil no exterior nem criara “dificuldades diplomáticas” com outros países.¹⁴⁶

Tensa nos idos de dezembro de 1968, a relação entre o regime e O Diário foi se amainando e evoluindo para a cooperação tão sonhada pelos militares em sua sanha de controlar a imprensa. Tanto que na edição de 28 de setembro de 1969, o jornal publicava na íntegra um ofício de agradecimento assinado pelo general Gentil Marcondes Filho, que naquele momento já comandava a ID-4.

¹⁴⁴Padres em liberdade. O Diário. 6/02/1969.

¹⁴⁵AI-5 puniu 96 elementos: novas cassações virão. O Diário. 14/03/1969.

¹⁴⁶Costa: AI-5 não mudou a figura do Brasil no mundo. O Diário. 01/04/1969.

Comandante grato à nossa imprensa

Assinado pelo General de Brigada Gentil Marcondes Filho, comandante da ID-4 e da Guarnição Federal de Belo Horizonte, o Diário recebeu correspondência de agradecimento pela colaboração prestada às atividades das Forças Armadas em nossa capital.

O AGRADECIMENTO

Com o nº 326-RP, o ofício do general Gentil Marcondes diz:

“1. Venho à presença de V.S. expressar em nome do comando da ID/4 e Guarnição Federal de Belo Horizonte, os nossos sinceros agradecimentos pela inestimável cooperação prestada por esse órgão de divulgação, nas mais diversas oportunidades, a nosso pedido. [*grifo meu*]

2. Expressando o nosso reconhecimento e esperamos continuar contando com o vosso permanente apoio.

3. Aproveito o ensejo para apresentar a V.S. os protestos de estima e consideração”.¹⁴⁷

4.3 DA CRISE HERZOG AO FATO NOVO CONTRA A CENSURA

Depois de 34 anos, O Diário saiu da órbita da Arquidiocese de Belo Horizonte para se tornar “laico”. Afundado em uma grave crise financeira, o jornal é vendido à Sociedade Editora Imprimatur, dirigida por Sérgio Affonso Neves. O acordo foi anunciado em dois textos de primeira página assinados pelo arcebispo Dom João Resende Costa e pelo novo diretor, publicados na edição de 1º de novembro de 1969.¹⁴⁸

Menos de três anos depois, o jornal é repassado para outro grupo, formado por Afonso Paulino, Afonso Celso Raso (remanescente da equipe de O Diário), Cristiano Ferreira de Melo e Marcos de Sousa Lima. Em abril de 1972, ele já exibia o logotipo O Diário/Jornal de Minas, valendo-se do prestígio do velho jornal católico. Mais tarde, passaria a ser identificado apenas como Jornal de Minas.

Nessa nova fase, o jornal foi comandado por Afonso Paulino, empresário que incursionava pela primeira vez no ramo jornalístico. Antes, trabalhou em banco, chefiou o setor de esportes do governo de Minas e teve atuação destacada como esportista – foi jogador de futsal e de basquete. Mais tarde, entre 1989 e 1994, presidiria o Clube Atlético Mineiro.

Tiramos o jornal do buraco. Lá tinha bons jornalistas. O jornal era um borrão. Tivemos que investir muito. O parque gráfico estava totalmente sucateado. Negócio impressionante. Um mal-cheiro (...) Aos poucos, fui acertando e consegui equilibrar o jornal.¹⁴⁹

¹⁴⁷Comandante grato à nossa imprensa. O Diário. 28/09/1969.

¹⁴⁸Aos leitores e amigos de O Diário. O Diário. 01/11/1969.

¹⁴⁹Entrevista com Afonso Paulino. 11/09/2013.

Sob a gestão de Afonso Paulino, o jornal modificou seu perfil. O tom conciliador de O Diário cedeu lugar a um estilo mais combativo. Ao longo dos anos 1970, empreendeu campanhas de denúncia contra multinacionais que atuavam no Estado como Mannesmann, Souza Cruz e, em especial a MBR. Esta última, que extraía minério de ferro na Serra do Curral, nas cercanias de Belo Horizonte, foi alvo de série de reportagens publicadas entre 1973 e 1975. A campanha levou à abertura de CPI na Assembleia Legislativa, forçando a empresa a assinar acordos de compensação ambiental por conta de sua operação.

Apontado como um homem de direita, com boas relações com figuras do regime militar, Afonso Paulino comandou uma redação formada por profissionais de esquerda. Alguns deles, jovens recém-saídos da universidade, como Aloisio Moraes e Mirian Chrystus, e outros mais experientes, como Durval Guimarães e Euro Arantes, ex-deputado socialista e um dos fundadores do jornal Binômio, precursor da imprensa alternativa nos anos 1950 e 1960.

Apesar das diferenças ideológicas entre patrão e jornalistas¹⁵⁰, a convivência era relativamente harmônica, uma vez que o perfil do jornal ia ao encontro dos interesses daquela redação formada por jovens idealistas. Em novembro de 1975, no entanto, a publicação de dois editoriais de primeira página abalou a então cordial relação entre Paulino e sua equipe. Os dois textos – o segundo assinado pelo próprio diretor – expressavam uma agressiva retórica anticomunista. No primeiro, de 1º de novembro, o jornal acusava a esquerda de usar a morte de Vladimir Herzog, no mês anterior nas dependências do II Exército de São Paulo, para criar um clima de intranquilidade no país.

A degeneração das verdades estabelecidas com o afrontamento das autoridades vem, mais uma vez, causar dificuldades à continuidade da paz social brasileira. Os lamentáveis acontecimentos de São Paulo, que culminaram com o suicídio do jornalista Vladimir Herzog, estão sendo amplamente utilizados pelos comunistas para o aproveitamento de uma fase difícil na vida política brasileira. As autoridades revolucionárias, sob ordens serenas da Presidência da República,

¹⁵⁰A convivência entre empresários de direita e jornalistas de esquerda era muito comum na imprensa brasileira. O exemplo mais célebre foi o de Roberto Marinho, proprietário de O Globo, que apesar de alinhado ao regime militar, abrigava jornalistas de orientação comunista. Em 1973, contrariando a censura, ele bancou a publicação de manchete de primeira página sobre a morte do presidente chileno Salvador Allende. Questionado pelo ministro da Justiça, o general Juracy Magalhães, que exigira a cabeça de editores da publicação, Marinho retrucou: “Dos meus comunistas cuido eu, general!”. (FILHO, Aziz e CONTREIRAS, Hélio. Maestro do poder. IstoÉ. 11/08/2003).

entenderam, no entanto, que a provocação, o clima de ansiedade, as insinuações e a descaracterização da verdade não podem persistir.¹⁵¹

Aloisio Morais afirma que o editorial repercutiu muito mal na redação, já que, em sua percepção e na de seus colegas, defendia as ações do governo, servindo ainda para ativar as desconfianças sobre o envolvimento de Afonso Paulino com a repressão.¹⁵² Na época, circulavam rumores de que ele assessorava o Doi-Codi e era informante do Serviço Nacional de Informações (SNI).¹⁵³ Em entrevista a este trabalho, Paulino negou qualquer desentendimento com a equipe do jornal, argumentando que vários jornalistas permaneceram na empresa depois da publicação dos editoriais, como o chefe de redação Luiz Otávio Madureira Horta, outro que tinha ligações com a esquerda. Ele também rebateu as acusações de vínculo com atividades de repressão do regime.

Eu sou contra qualquer tipo de terrorismo: de esquerda, direita, de centro, do meio, qualquer coisa. Doi-Codi foi uma das piores coisas que já existiram nesse país. Eu jamais participaria ou entraria no Doi-Codi.¹⁵⁴

Aloisio Morais ainda permaneceu algum tempo trabalhando como revisor no jornal, mas no início de 1976, ao lado de outros colegas do JM e recém-formados recrutados em universidades de Belo Horizonte, fundou o De Fato, que concretizaria seu anseio de um jornal feito para jornalistas.¹⁵⁵ No editorial do número inaugural da publicação, seus responsáveis prometiam fazer o contrário do que preconizava a célebre frase proferida por um suposto dono de jornal (“No meu jornal escrevo eu, se quiserem, escrevam na parede”), em velada alusão ao episódio que provocou a rebelião no Jornal

¹⁵¹Aos brasileiros. Jornal de Minas. 1º/11/1975.

¹⁵²Entrevista com Aloisio Morais. 13/05/2013.

¹⁵³O nome de Afonso Paulino figura em lista de 42 torturadores divulgada em documento produzido por presos políticos banidos do país em 1970 por decreto presidencial. No documento, tema de reportagem publicada em junho de 1978 pelo jornal De Fato, Paulino é citado como um dos participantes das sessões de tortura sofridas pelo militante da Colina Jorge Nahas, que se tornaria depois dirigente do Partido dos Trabalhadores (PT), numa sala do 12º Regimento de Infantaria de Belo Horizonte. “Essa tortura foi feita a mando do coronel Medeiros e do capitão Almeida, por: Capitão Portela, tenente Delmezi, sargento Cléber, sargento Averno, cabo Aires, policial Vicente e um civil (provável agente do SNI) de nome Afonso Paulino”. Ele também aparece em lista de torturadores publicada pelo site <http://www.documentosrevelados.com.br/nome-dos-torturadores-e-dos-militares-que-aprenderam-a-torturar-na-escola-das-americanas/lista-dos-torturadores/>, mantido por Aluizio Palmar. Seu nome, no entanto, não consta do levantamento mais famoso, o projeto Brasil: Nunca Mais, lançado em 1985 com 444 nomes de pessoas acusadas de tortura nos porões brasileiros.

¹⁵⁴Entrevista com Afonso Paulino. 11/09/2013.

¹⁵⁵Entrevista com Aloisio Morais. 13/05/2013.

de Minas. Além de aberto aos jornalistas, o De Fato também se propunha a ser um “muro” para acolher opiniões de grupos e setores sociais sem voz na mídia tradicional.¹⁵⁶

No clássico estudo de Kucinski sobre a imprensa alternativa, o De Fato é apontado como um dos vários veículos fora do eixo Rio-São Paulo nascidos na esteira do ‘caso Herzog’, que

(...) provocou crises internas agudas em algumas redações, levando à ruptura nas relações de trabalho e ao surgimento de uma nova modalidade de jornais alternativos, de caráter regional, criados, em geral, por jornalistas de prestígio em capitais fora do eixo Rio de Janeiro/São Paulo, com apoio de seus sindicatos e portadores de propostas elaboradas de gestão cooperativa.¹⁵⁷

O De Fato foi um dos mais bem-sucedidos veículos da imprensa alternativa de Minas Gerais, com uma trajetória longa para os padrões dessas publicações – circulou de janeiro de 1976 a outubro de 1978.¹⁵⁸ Com formato tabloide europeu, textos divididos em quatro colunas, impresso em P&B, entre 16 e 20 páginas, periodicidade mensal e tiragem em torno de cinco mil exemplares, a publicação sacudiu o cenário jornalístico mineiro, até então formado por veículos reféns da autocensura e pouco dispostos a cobrir os problemas de uma capital em franco crescimento. Seu foco recaía sobre questões urbanas e personagens que tinham pouco espaço na mídia tradicional, como empregadas domésticas, motoristas de ônibus e ex-jogadores de futebol. Também denunciava a violência policial, a exploração religiosa e imobiliária e tocava em questões tabus para a tradicional família mineira, como o feminismo e a homossexualidade.¹⁵⁹

Para Rabelo, que analisou a forma como o jornal lidou com o tema da censura, sua atuação reflete um pouco o estilo da censura em Minas, que teria “agido de maneira indireta” por meio da mídia, das igrejas, do empresariado, de associações de classe, de escolas e da cooptação de lideranças sindicais e dos governos locais. Analogamente, o De Fato evitava denúncias frontais à censura e ao regime. A publicação valia-se de

¹⁵⁶A parede de todos nós. De Fato. Janeiro de 1976.

¹⁵⁷KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Edusp, 2003, p.100.

¹⁵⁸Uma abordagem do De Fato como fenômeno comunicacional é feita por CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola. De Fato: Um (novo) sujeito político na cena mineira. Comunicação & Política. V.12, nº 21, 1992, p.63-89.

¹⁵⁹RABELO, Ernane C. De Fato: o jornal que enfrentou a censura em Minas Gerais. In: Melo, José Marques de (org). Síndrome da mordação: mídia e censura no Brasil. São Paulo: Editora Metodista Digital, 2007, p. 239-240.

estratagemas mais sutis, como a defesa da liberdade de expressão, a crítica a ditadores estrangeiros, a divulgação de notas de organismos internacionais defendendo a anistia no Brasil e a liberdade para presos políticos. O prestígio do jornal ultrapassou as fronteiras de Minas a ponto de ser vendido em bancas de Rio de Janeiro e São Paulo.¹⁶⁰

Um exame das 26 edições do De Fato, publicadas entre janeiro de 1976 e outubro de 1978, confirma que a censura foi mesmo um dos seus temas recorrentes. Já em sua edição inaugural, trazia um perfil da jornalista Ivone Borges Botelho, titular de uma das colunas mais lidas do Estado de Minas, *Seu lar e você*, responsável pela popularidade que lhe garantiu sua eleição para vereadora em Belo Horizonte. Em dado ponto da matéria, ela defendeu a censura. “Sou a favor da censura. Pois em 25 anos nunca fui censurada. A censura só atinge os contestadores”. O redator do perfil, Durval Campos Guimarães, outro egresso do Jornal de Minas, ironizou:

No entanto, ela acaba de receber das mãos do carteiro o exemplar de O Estado de São Paulo, que nunca foi contestador e que estava obrigado, na época desta entrevista [*realizada em maio de 1975*], a preencher seus espaços compulsoriamente em branco com poesias e receitas de bolo iguais às dela.¹⁶¹

O jornal também abriu espaço para jornalistas, como Carlos Chagas, que chegou a ter cerca de 80 artigos vetados no período mais duro da ditadura e que havia acabado de lançar um livro com 50 textos que escaparam incólumes à censura¹⁶² e Raimundo Pereira, editor do Movimento, jornal alternativo açoitado pela censura entre julho de 1975 e junho de 1978.¹⁶³ Na edição seguinte, o jornal trazia um balanço estatístico da censura ao Movimento – vale registrar que o editor Aloísio Morais era correspondente do Movimento em Minas Gerais.¹⁶⁴ De Fato também publicava pequenos avisos que funcionavam como lembretes sobre o status da censura política no Brasil, como este que circulou em outubro de 1976:

É sempre bom lembrar

Os jornais Opinião, Movimento, Tribuna da Imprensa e O São Paulo (da Arquidiocese de São Paulo) continuam sob censura prévia.¹⁶⁵

Mesmo com a censura sendo tema prioritário em sua linha editorial – e o assunto era interdito pelo regime –, o De Fato nunca teve censores em seus calcanhares. Na

¹⁶⁰RABELO, Ernane C: De Fato: o jornal que enfrentou a censura em Minas Gerais, p.241.

¹⁶¹GUIMARÃES, Durval Campos. Dona Ivone, olhai por nós. De Fato. Janeiro de 1976.

¹⁶²A resistência pacífica de Carlos Chagas. De Fato. Março de 1976.

¹⁶³A entrevista com Raimundo Pereira, editor do Movimento. De Fato. Abril de 1976.

¹⁶⁴Censura. De Fato. Maio de 1976.

¹⁶⁵É sempre bom lembrar. De Fato. Outubro de 1976.

segunda metade da década de 1970, o arrefecimento da censura se inseria no contexto de distensão política empreendida pelo governo Geisel. Isso, no entanto, não significou vida fácil para o jornal, que funcionava em uma casa de fundos no bairro Floresta, onde Morais também morava e era obrigado a conviver com o assédio disfarçado de pessoas estranhas, possivelmente agentes do regime.

Lá não sofremos censura, mas sentíamos a pressão. De vez em quando aparecia uma figura lá, querendo saber se a gente pagava (...) sei lá (...) arrumava uma desculpa querendo saber se a gente pagava imposto, se o jornal estava regularizado (...) insinuando alguma coisa.¹⁶⁶

Durante praticamente todo o período em que circulou, a sede do De Fato recebia telefonemas anônimos e era monitorada por figuras desconhecidas. Aloísio Morais desconfia que se tratava de um plano para apreender a edição do jornal assim que saísse da gráfica. Se bem-sucedida, a apreensão acabaria matando a publicação por asfixia financeira, uma vez que a venda de uma tiragem gerava recursos para a produção da edição seguinte, prática muito comum entre os veículos alternativos da época.¹⁶⁷

O cerco foi apertando até que em 2 de setembro de 1978, uma noite de sexta-feira, o jornal foi invadido. Aproveitando que a casa estava vazia, os invasores levaram uma agenda de telefones, mas não encontraram a tiragem do jornal que já havia sido distribuída. Deixaram uma garrafa sobre a mesa com uma substância aparentemente inflamável, o que permite supor que pretendiam incendiar a casa.¹⁶⁸ Após o episódio, o De Fato ainda circularia mais uma vez, em outubro de 1978.

Não era só o assédio misterioso ao De Fato que preocupava seus redatores. A coragem de abordar temas mais espinhosos, como a violência policial, se misturava à sensação iminente de retaliação. Numa das primeiras edições, o jornal cunhou um trocadilho, “Metropau”, para definir a atuação truculenta da Metrópol, a Polícia Metropolitana. Em outra, denunciou o episódio da tortura a um operário que havia furtado um rádio de pilha, que depois ganharia as páginas do Estado de Minas. A cada manchete impactante ou matéria de destaque sobre os abusos da polícia, a equipe do De Fato ficava com a sensação de que estava prestes a pagar um alto preço por sua ousadia. Se não teve o desprazer de conviver com a censura, aquele grupo flertou com o terror, o

¹⁶⁶Entrevista com Aloísio Morais. 13/05/2013.

¹⁶⁷Entrevista com Aloísio Morais. 13/05/2013.

¹⁶⁸Entrevista com Aloísio Morais. 13/05/2013.

que na percepção de Aloísio Morais não deixava de ser uma forma de cerceamento da consciência e da faculdade de pensar e se expressar livremente.

E a gente: “Agora nós não vamos escapar. Agora eles vão chegar” [risos]. Mas nunca chegava. Como censura eu vivi foi esse momento. Para nós, a censura era o terror, e o terror era a censura.¹⁶⁹

4.4 SUCURSAIS SOB PRESSÃO

O ímpeto monopolizador do Estado de Minas encontrou resistência nos planos dos quatro principais jornais do eixo Rio-São – O Estado de São Paulo, O Globo, Jornal do Brasil e Folha de São Paulo – de nacionalizar sua influência. E Belo Horizonte foi um dos principais alvos dessa ofensiva, conforme registra Castro.

Nessa pretensão ocupa lugar importante a estratégia de investir em sucursais nas capitais dos principais estados brasileiros como forma de municiar a matriz de informações locais, mas também de absorver o segmento de publicidade local que demanda uma mídia de maior abrangência. Além disso, numa estratégia empresarial bem-sucedida, um importante papel na consolidação das agências noticiosas vinculadas àqueles diários e que passam a fornecer aos veículos locais, com menor custo e mais agilidade, informações dos fatos ocorridos nos diversos pontos do território nacional.¹⁷⁰

Em suas memórias publicadas na internet, o jornalista mineiro José de Sousa Castro, que de 1972 a 1993 atuou nas sucursais mineiras do JB e de O Globo, lembra que o “sonho de todo jornalista mineiro era trabalhar em sucursal”. Embora a sucursal mais estruturada fosse a de O Estado de São Paulo, a mais cobiçada pelos jovens jornalistas era a do Jornal do Brasil, que sempre gozou de grande prestígio entre os mineiros. O Globo, Última Hora, Gazeta Mercantil e Veja também mantinham sucursais na capital. A Folha de São Paulo, ainda sem a importância que ostenta hoje, contava apenas com um correspondente no estado.¹⁷¹

Dirigida por Acílio Lara Resende ao longo de mais de duas décadas, a base mineira do Jornal do Brasil, por exemplo, chegou a contar nos anos 1970 com mais de 20 profissionais, que se espalhavam entre as redações do jornal – incluindo correspondentes em cidades do interior de Minas – a Rádio JB, uma agência de publicidade e uma central de distribuição. O estilo pouco crítico da imprensa sediada em

¹⁶⁹Entrevista com Aloísio Morais. 13/05/2013.

¹⁷⁰CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola. Na tessitura da cena, a vida, p.73-74.

¹⁷¹SOUSA CASTRO, José de. Sucursal das incertezas – A história vista por um jornalista dos tempos do telex ponta a ponta. 2007, p.21.

Minas, notadamente do seu principal jornal, contribuiu, na visão de Lara Resende, para o sucesso da estratégia das sucursais em Minas Gerais:

Era um negócio impressionante. Atribuo a força das sucursais em Minas ao temperamento do mineiro, que sempre se ressentiu de grandes jornais baseados aqui. Os jornais aqui sempre foram feitos de forma muito maneira. Como dizia o Pedro Aguinaldo [ex-diretor do Estado de Minas], grande jornalista: “Esta casa é uma casa de fazer amigos”. Ele se referia ao Estado de Minas. Era um jornal ameno.¹⁷²

A crescente importância das sucursais chamou a atenção da censura. Como recorda Lara Resende, até 1968 elas tinham relativa liberdade para cobrir determinados temas, mesmo os proibidos, e enviar matérias ou relatórios para as sedes dos veículos em Rio de Janeiro e São Paulo a quem caberiam a decisão de publicar ou de se submeter a eventuais vetos. Durante algumas reuniões com a cúpula do Exército em Minas Gerais, logo após o AI-5, essa espécie de salvo-conduto ficou ameaçada.

Nós não podíamos censurar nada. A recomendação que eu transmitia aqui, que vinha do Rio, sobretudo dos diretores, dos editores do jornal – Alberto Dines e Carlos Lemos – era de que nós mandássemos todo o material. Mas quando a gente se reunia com algum órgão militar para tratar desse assunto das sucursais, dizíamos que nós não podíamos ser responsabilizados porque não editávamos o jornal – nós apenas cumpríamos o dever de encaminhar a notícia e quem editava eram eles [*a sede no Rio de Janeiro*]. Esse argumento passou a não valer mais. Eles passaram a fazer uma pressão: nós também seríamos responsáveis pelo envio direto desse material. Isso causou certo receio.¹⁷³

Testemunho semelhante é dado pelo jornalista José Mendonça, que em meados dos anos de 1960 trocou em definitivo a redação de O Diário pela chefia da sucursal de O Globo – durante algo tempo ele trabalhou nos dois veículos. Ele conta que chegou a travar embates com os militares por causa do controle que a censura ameaçava impor à redação mineira do jornal. “Foi uma luta minha. Não entenderam. Nunca entenderam. Mas eu mandava tudo. Que a censura no Rio cortasse.”¹⁷⁴

Apesar dessa pressão, exercida por meio de telefonemas ou nas reuniões na ID-4 entre os representantes do regime e os diretores de redação, as sucursais tinham mesmo mais liberdade de ação para trabalhar com um espectro mais amplo do noticiário, mesmo em relação a temas proibidos pelo regime. Repórter de O Estado de São Paulo durante boa parte dos anos 1970, Luiz Fernando Perez afirma que a orientação da sede,

¹⁷²Entrevista com Acílio Lara Resende. 23/04/2013.

¹⁷³Entrevista com Acílio Lara Resende. 23/04/2013.

¹⁷⁴Entrevista com José Mendonça. 13/04/2013.

em São Paulo, era a mesma da de O Globo e do Jornal do Brasil: manter a cobertura como se o jornal fosse publicar o assunto. Indagado se a existência de um tema previamente vetado não funcionaria como combustível para alimentar a autocensura, Perez conta que, entre os colegas, havia uma preocupação em não se deixar “contaminar” por situações como essa, para que não se transformassem em colaboradores do arbítrio.¹⁷⁵

Ele recorda-se, por exemplo, do episódio da epidemia de meningite, cuja divulgação foi peremptoriamente proibida pelo regime na primeira metade dos anos 1970. Como a epidemia foi mais crítica em São Paulo, o jornal paulistano se interessava em avaliar a situação em outros estados, estimulando, assim, a apuração de informações pelas equipes das sucursais.¹⁷⁶

Se Acílio Lara Resende relata a pressão que sofria como diretor da sucursal do JB em Belo Horizonte, o mesmo não se pode dizer da equipe de repórteres que trabalhava no dia a dia da redação. É como se não houvesse censura, reflete José de Souza Castro, em suas memórias. Os jornalistas apuravam as informações e mandavam para as sedes em Rio e São Paulo para atender editores e diretores ávidos por saber o que se passava no país real¹⁷⁷, configurando mais um efeito perverso da censura, que forçava a informação a circular apenas nos dutos estreitos que drenavam as camadas mais bem informadas da sociedade, enquanto a maior parte da população tinha seu acesso interditado a uma série de temas, inclusive de saúde pública, como no caso da epidemia de meningite.

Talvez por isso algumas matérias que saíam das sucursais recebiam nas matrizes títulos herméticos ou insípidos, como se tentassem desestimular o leitor a prosseguir na leitura. Foi o que aconteceu, por exemplo, com uma reportagem de Souza Castro, publicada num domingo de setembro de 1976 a respeito das análises feitas por professores de 11 estados brasileiros, encomendadas pela Revista Brasileira de Estudos Políticos da UFMG, sobre as eleições de 1974 e o crescimento do MDB, que elegera 16

¹⁷⁵Entrevista com Luiz Fernando Perez concedida em 27/03/2013.

¹⁷⁶A epidemia de meningite ocorreu entre 1971 e 1974, atingindo no último ano da série o seu ápice, principalmente em São Paulo, onde 12.330 casos foram registrados. Estima-se que 900 pessoas morreram no período, mas o Ministério da Saúde não registrou óbitos. Para ocultar o fracasso das ações do governo de combate à epidemia, a censura vetou a publicação de matérias. Discretamente, algumas informações acabaram repassadas à imprensa, como relata o médico José Cássio de Moraes, que à época integrava o grupo de epidemiologistas que alertou o governo sobre a disseminação da doença. Um dos veículos que conseguiu furar o cerco foi o vespertino Jornal da Tarde, ligado ao grupo de O Estado de São Paulo. (Meningite: um crime da ditadura brasileira. Livejournal, 11/03/2009. Disponível em <http://vozdissonante.livejournal.com/56761.html>. Acessado em 15/09/2013).

¹⁷⁷SOUSA CASTRO, José de. Sucursal das incertezas, p.31.

senadores. O JB foi o único a se interessar em dar publicidade às reflexões. Elio Gaspari, editor de política do JB, saiu-se com uma manchete nada assertiva e que não refletia o teor da reportagem, talvez para driblar a censura, desconfia o autor. *Votos de 74 talvez não tenham dado eleitores ao MDB*. “A blindagem funcionou. Nenhum censor dar-se-ia ao trabalho de ler texto longo com título tão inofensivo”.¹⁷⁸

Em outro caso envolvendo um jornalista de sucursal nem a blindagem de um título inosso seria capaz de ludibriar a censura. Depois que saiu do Estado de Minas no início da década de 1970, Carlos Lindenberg foi contratado como repórter e depois como chefe de sucursal de *Veja*, publicação nascida em 1968 e que estava revolucionando o modo de se editar revistas semanais no Brasil. Comandada por Mino Carta, *Veja* foi vigiada de perto pelo regime. A revista sofreu censura prévia por alguns meses no ano de 1972; depois passou a ser controlada por meio de bilhetinhos e telefonemas; e, de maio de 1974 a junho de 1976, a censura prévia voltou a se fazer presente, dessa vez de forma sistemática.¹⁷⁹

Dentre os materiais censurados estava a entrevista que Lindenberg fez com o ex-vice-presidente Pedro Aleixo, na qual discorria sobre o seu esforço para criar o Partido Democrático Republicano (PDR) e revelava que se assumisse em 1969 mudaria o AI-5 e reabriria o Congresso. Participante da histórica reunião do Conselho de Segurança Nacional que decidiu pela adoção do AI-5, Aleixo foi impedido de substituir o presidente Costa e Silva, morto em 17 de dezembro de 1969 em decorrência de uma isquemia. Em lugar da solução constitucional, o regime optou por uma junta militar formada pelo general Aurélio de Lira Tavares (ministro do Exército), pelo almirante Augusto Rademaker (ministro da Marinha) e pelo brigadeiro Márcio de Sousa e Melo (ministro da Aeronáutica), chamados sarcasticamente de Três Patetas pelo deputado Ulysses Guimarães.

De um total de nove laudas que compunham a entrevista original que sairia nas Páginas Amarelas da revista, 236 linhas foram suprimidas, o que inviabilizou a publicação. Os trechos vetados foram marcados em vermelho. Não se sabe a data em que a revista planejava publicar a entrevista, uma vez que não havia indicação nas laudas censuradas – tanto na cópia em poder do Centro de Documentação de *Veja* quanto na que foi guardada por Carlos Lindenberg. Julgando-se correta a informação do jornalista de que esta foi a última entrevista concedida por Pedro Aleixo antes de sua

¹⁷⁸SOUSA CASTRO, José de. Sucursal das incertezas, p.50-51.

¹⁷⁹ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. 1968-1976 *Veja* sob censura. São Paulo, Jaboticaba, 2009, p. 96.

morte, em 3 de março de 1975, infere-se que ela tenha sido realizada entre o final de 1974 e o início de 1975.¹⁸⁰

¹⁸⁰ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. 1968-1976. 1968-1976 Veja sob censura, p.135-137 e entrevista com Carlos Lindenberg. 18/04/2013.

CAPÍTULO 5 – JORNALISTAS E CENSORES

5.1 UM CORPO ESTRANHO

Estudos recentes buscam se desvencilhar do maniqueísmo que costumava caracterizar as análises dos papéis desempenhados pelos personagens envolvidos na censura. Essa preocupação aparece, por exemplo, no trabalho de Kushnir, que desconstrói o discurso segundo o qual o censor é um algoz, incompetente ou despreparado intelectualmente para a função, enquanto o jornalista é capaz de pequenos ou grandes gestos heroicos para resistir à opressão.¹⁸¹

A visão do censor como um algoz do pensamento livre é mais contemporânea, consolidada a partir do século 20. Mas, ao longo da história, as representações ganharam significados distintos. Quando surgiu, no Império Romano, o responsável pela função estava encarregado da contagem da população – daí o termo *censo* – e da vigilância do cumprimento dos bons costumes.¹⁸²

Já na França pré-revolucionária, relata Darnton, o censor era um funcionário do rei encarregado de ler a obra e emitir seu parecer sobre sua qualidade. Assim, um professor da Sorbonne escrevia que determinado livro era “cheio de coisas fascinantes”, um professor de medicina e botânico recomendava outro livro para mercadores e estudantes de história natural e um terceiro censor, um teólogo econômico nas palavras, atestava simplesmente que o conteúdo que examinara era uma boa obra. Naquela época, o censor não era exatamente um mutilador de criações alheias, o sentido que conferimos hoje ao ato de censurar, mas um funcionário do rei encarregado de fazer a vontade do soberano; o livro era, pois, produto da “graça real”.¹⁸³

Kushnir expõe uma representação psicanalítica, segundo a qual o censor é uma parte do superego, que age inconscientemente sobre o ego contra as pulsões que provocam culpa. Seu papel seria o de guardião capaz de evitar que partes recalçadas do inconsciente emergissem no consciente.¹⁸⁴

¹⁸¹KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda, p. 39.

¹⁸²_____.Cães de guarda, p.155.

¹⁸³DARNTON, Robert. O significado cultural da censura: A França de 1789 e a Alemanha Oriental de 1989. Revista Brasileira de Ciências Sociais, ano 7, nº 18, 1992, p 5-17

¹⁸⁴KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda, p. 155-156.

Esse apanhado mostra que as representações¹⁸⁵ formuladas em torno do ofício do censor são polissêmicas e carregadas de ambiguidades, e isso também se reflete nos relatos dos jornalistas mineiros que atuaram durante a vigência do AI-5. De um modo geral, todos mantiveram uma convivência cordial com os censores que frequentaram as redações dos jornais belo-horizontinos – ainda que somente um tenha se fixado na memória daqueles homens. Não há relato de truculência cometida pelos agentes do regime, encarados como pessoas educadas e inteligentes, percepção que se contradiz com a visão corrente do censor “burro” e “despreparado”.

Por outro lado, viam com desconforto a presença daquele “corpo estranho”, como definiram dois dos entrevistados. Aquele “funcionário novo” que se aboletava em uma mesa no canto da redação era tratado com forçada deferência. Em seu blog, Fábio Doyle, do Diário da Tarde, relata que os censores “chegavam sem estardalhaço, sem ares de prepotência como se estivessem pedindo desculpas” para realizar seu trabalho. Reliam o texto examinado com o cuidado de passar um traço de caneta entre uma linha e outra para evitar qualquer acréscimo indevido.¹⁸⁶ Com uma única exceção, os censores que ditavam as ordens nas redações mineiras pareciam não ter identidade. No máximo, eram lembrados por suas características físicas e comportamentais, como o “baixo, magro e tímido” que aparecia eventualmente na redação do Diário da Tarde.

Ele era tão tímido, esse magro que veio mais vezes, que ele chegava na redação e ficava parado. No balcão. Olhava para ele, sabíamos quem era ele e perguntava: “Você quer alguma coisa? E ele: “Quero ler essa matéria, assim, assim...”¹⁸⁷

Segundo Doyle, os telegramas e as recomendações sempre educadas que chegavam à redação tinham o objetivo de evitar a publicação de notícias que poderiam provocar problemas para a ordem social. Diante dessa argumentação, o entrevistador indagou se o entrevistado considerava a censura um “mal menor”, necessária para impedir perturbações no cenário político. Nesse ponto, Doyle ajusta o seu discurso e revela outra percepção sobre a censura e seus executores:

¹⁸⁵Aqui o sentido de representação se aproxima de um dos conceitos expostos por Falco: a *objetivação*, figurada ou simbólica de algo ausente – um ser, animado ou inanimado, material ou abstrato. É uma ideia que pressupõe uma atividade ou “faculdade” da consciência cognitiva em relação ao ‘mundo exterior’. FALCON, Francisco J. Calazans. História e representação. In: CARDOSO, Ciro Flamaron; MALERBA, Jurandir. Representações: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papyrus, 2000, p.45.

¹⁸⁶DOYLE, Fábio. A censura sempre existiu. 14/06/2013.

¹⁸⁷Entrevista com Fábio Doyle. 17/07/2013.

Não, eu nunca concordei. De jeito nenhum. Era sempre um corpo estranho na redação. [grifo meu] Eles chegavam lá para aprovar textos. Não posso gostar disso. Embora eles tivessem seus argumentos, os argumentos do grupo dominante. Mas o meu argumento não valia nada. Eu tinha aprovado texto que não saiu. E isso aconteceu várias vezes. Isso incomoda, incomoda sim.¹⁸⁸

A imagem do “corpo estranho” também é usada pelo jornalista Manoel Hygino para descrever a presença de censores na redação de O Diário. Um corpo que eles eram obrigados a “engolir” diariamente, simplesmente porque não havia outro recurso. “Fazer o quê? Deixar de fazer o jornal circular?”¹⁸⁹ Usando outra imagem com sentido análogo ao do “corpo estranho”, a censura pode ser encarada como uma bala alojada em um organismo, cuja extração põe em risco a integridade do indivíduo, obrigando-o a conviver com aquele projétil em um ambiente de tensa normalidade. A censura se transformou em caso típico de exceção que virou rotina, passando a figurar na agenda dos problemas diários que os jornais se obrigavam a administrar: a elaboração da pauta, a apuração, a logística de cobertura, o fechamento – e aí exercia papel determinante, pois era capaz de mudar os rumos dessa etapa de produção – e a distribuição.

Engolir o “corpo estranho” não significava apenas receber bem o censor no momento do fechamento – normalmente a partir do final da tarde –, mas acolhê-lo também nas festas realizadas na redação. Um tenente coronel do exército que “batia ponto” em O Diário chegou a participar de um amigo oculto de final de ano. Para não deixá-lo de fora da confraternização, Adval Coelho levou-lhe uma lembrança: uma metralhadora de brinquedo. Ao ser indagado sobre a escolha, Coelho reconhece que havia ali um misto de ironia e reconhecimento da força do oficial.¹⁹⁰

Nem todos encaravam a presença do censor com o bom-humor de Adval Coelho. Seu chefe, Manoel Hygino, um homem dócil, de fala mansa e de aspecto conciliador, relata que teve dificuldades para “digerir” aquele corpo. O pós-68, segundo ele, foi um período de inibição nas redações. Embora não houvesse atritos, não se esquece do constrangimento que aquelas presenças provocavam. “Nada pior do que fazer alguma coisa sabendo que tem alguém tomando conta da gente”.¹⁹¹

¹⁸⁸Entrevista com Fábio Doyle. 17/07/2013.

¹⁸⁹Entrevista com Manoel Hygino. 17/06/2013.

¹⁹⁰Entrevista com Adval Coelho. 13/05/2013.

¹⁹¹Entrevista com Manoel Hygino. 17/06/2013.

Hygino parece não prestar atenção quando perguntado sobre o que exatamente era censurado. Questionado sobre algum episódio relevante de embate com o censor, saiu-se com uma resposta enigmática:

Eram tantos episódios, todas as noites (...) Naquela época, a gente vivia resolvendo problemas, não pensava muito na repercussão. O principal era fazer o dia a dia sem maiores transtornos.¹⁹²

Evasivas como a de Hygino talvez possam ser compreendidas à luz da reflexão sobre as zonas de sombra, silêncios e não ditos que permeiam a noção de enquadramento da memória a que se refere Pollack. Essas áreas nebulosas são, na verdade, resultado do esforço mental do indivíduo em controlar as feridas, tensões e contradições que caracterizam o confronto de suas lembranças pessoais com a imagem oficial do passado.¹⁹³

Minimizar a relevância de um acontecimento também pode ser uma forma de elaborar essa tensão e aquietar a memória. Durante a entrevista, Fábio Doyle telefonou para um ex-colega de trabalho (o também jornalista Carlos Magno de Almeida, que atuara como secretário de redação do DT) para trocar impressões sobre os tempos de censura. A certa altura, ele deu a entender, com a aparente aquiescência de seu interlocutor, que a censura da ditadura militar não foi um fenômeno relevante, já que não o teria marcado.

Não foi uma coisa marcante. Não marcou a nossa vida, a nossa memória. A gente deveria ter guardado esses telegramas [*com as recomendações da censura*]. Hoje é documento histórico. Mas a gente estava doído para acabar com aquilo [*grifo meu*]. Nós recebíamos telegramas do Ministério do Exército, dos generais que comandavam o país, dando orientações. Infelizmente, não guardamos. Hoje, guardo até papel de máquina.¹⁹⁴

Aqui fica a sensação de que o “não marcante” não está associado à relevância ou à irrelevância de um acontecimento, mas ao trabalho de eliminar qualquer marca ou vestígio – o indício de uma falta, para ficar na expressão de Rousso¹⁹⁵ – “daquilo”, que ele estava “doído” para ver findar, o que inclui não só as suas próprias lembranças, mas também os telegramas oficiais provenientes

¹⁹²Entrevista com Manoel Hygino. 17/06/2013.

¹⁹³POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio, Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol 2. n.3, 1989, p.12-13.

¹⁹⁴Entrevista com Fábio Doyle. 17/07/2013.

¹⁹⁵ROUSSO, Henri. O arquivo ou o indício de uma falta. Revista de Estudos Históricos, Vol. 9, nº 17, 1996.

do Exército que poderiam conferir materialidade histórica às suas reminiscências.

Em certos casos nem é preciso um elaborado trabalho psicológico para forjar o esquecimento. Ele se transforma em desejo explícito da pessoa que vivenciou uma experiência inconveniente. Acílio Lara Resende, ex-diretor da sucursal do JB, se insere nesse grupo em que o esquecimento é praticamente uma compulsão:

Você quer saber de uma coisa? Eu sepultei muita coisa na minha cabeça. Sinceramente, às vezes me lembro de algumas coisas e escrevo nos artigos que faço [*ele é colunista do jornal O Tempo, de Belo Horizonte*]. Mas eu esqueci muita coisa. Muita gente guardou, colecionou documentos. Não me faz lembrar disso [grifo meu]. Eu era o diretor do jornal mais importante do país em Minas Gerais, onde se iniciou o regime militar, e que tinha uma repressão terrível.¹⁹⁶

5.2 O “BOM CENSOR”

No imaginário de cineastas, escritores, músicos e jornalistas, o censor era uma figura temida. E alguns deles ganharam notoriedade. Como Solange Hernandez, que chefiou, em Brasília, a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) já nos estertores da ditadura militar, entre 1981 e 1984, e ficou famosa por sua “tesoura” implacável, transformando-se em fonte de inspiração musical.¹⁹⁷ Outros censores ganharam projeção nacional como Coriolano de Loyola Fagundes, que trabalhou na formação de técnicos de censura, e escreveu um compêndio sobre a atuação da censura no Brasil e no mundo, contemplando imprensa, teatro, espetáculos e cinema.¹⁹⁸

Em Minas Gerais, a censura, mais discreta, concentrada numa capital ainda provinciana e feita de forma indireta, não gerou figuras com essa projeção. Um único nome ficou na memória dos jornalistas entrevistados para este trabalho: Leopoldo Portela. Funcionário de carreira da Polícia Federal, Portela, ao que consta, não participou da fase da censura prévia executada nas redações ou em unidades do

¹⁹⁶Entrevista com Acílio Lara Resende. 23/04/2013.

¹⁹⁷Em 1985, Leo Jaime gravou *Solange*, uma versão de *So Lonely*, do The Police, em que “homenageava” a dama de ferro da censura brasileira: “Eu tinha tanto pra dizer/Metade eu tive que esquecer/E quando eu tento escrever/Seu nome vem me interromper/Eu tento me esparramar/E você quer me esconder/Eu já não posso nem cantar/Meus dentes rangem por você”.

¹⁹⁸FAGUNDES, Coriolano de Loyola. Censura e liberdade de expressão: tudo sobre a censura aos meios de comunicação no Brasil e no mundo; censura e imprensa e o caso Watergate. São Paulo: Editau, 1974, 397p.

Exército, deflagrada logo após o AI-5, e sim da etapa da autocensura, a partir da década de 1970, caracterizada pelos bilhetinhos ou pelas comunicações transmitidas por telex.

Na maioria das vezes, segundo os relatos, era Portela o portador das proibições. O agente teria desempenhado papel importante na censura em Minas, inclusive em relação às diversões e costumes, embora não exercesse formalmente um cargo de chefia como fica subentendido neste trecho de matéria publicada pela Revista Veja, em 1968.

Em Minas não há um chefe, há a ‘turma da censura’. O responsável pela ‘turma’ é Leopoldo Portela. Seus auxiliares são quatro cidadãos de nível secundário. E a Liga das Senhoras Católicas e das Mulheres Democráticas.¹⁹⁹

Em outubro de 1976, certamente beneficiado por seu trânsito nas redações mineiras, foi promovido a chefe do Serviço de Comunicação Social da Polícia Federal em Minas Gerais.²⁰⁰ Aposentou-se como delegado da PF e morreu em 1º de março de 2012.²⁰¹

A proibição de menções ao arcebispo Dom Helder Câmara no noticiário da imprensa mineira estava entre os motivos que levavam Leopoldo Portela a ligar ou a comparecer pessoalmente às redações. “Não pode citar nada: nem trabalho, nem nome, nem atividade, absolutamente nada”, recorda-se Luiz Fernando Perez, num esforço de memória para reproduzir as orientações que recebeu em algumas oportunidades do agente da PF na redação da TV Itacolomi.²⁰²

Foi também por meio de Portela que o jornalista Afonso Celso Raso, de O Diário, diz ter tomado conhecimento da Guerrilha do Araguaia, no início dos anos 1970, outro tema vetado pela censura. Apesar da firmeza em suas determinações, Portela era benquisto nas redações a ponto de Afonso Raso declarar que tinha uma “lembrança boa, sem ressalvas” do agente. “O Portela era uma figura espetacular. Te falo honestamente: não levava nenhum jeito de repressor”.²⁰³

No período em que trabalhou no fechamento da primeira página do Estado de Minas, Carlos Lindenberg era obrigado a ficar até mais tarde na redação e a receber as

¹⁹⁹As cenas da violência. Revista Veja. 16/10/1968. Extraído de Arquivos de Cultura Contemporânea.

Disponível em

http://www.docvirt.com/WI/hotpages/hotpage.aspx?bib=Arq_Cultura&pagfis=9905&pesq=leopoldo+portela+censura&url=http://docvirt.no-ip.com/docreader.net#

²⁰⁰Diário Oficial da União. 8/10/1976. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3380514/pg-136-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-08-10-1976>.

²⁰¹ Diário Oficial da União. 14/05/2012. Disponível em

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/36939791/dou-secao-2-14-05-2012-pg-34>

²⁰²Entrevista com Luiz Fernando Perez. 27/03/2013.

²⁰³Entrevista com Afonso Celso Raso. 3/05/2013.

“incertas” de Leopoldo Portela, que eventualmente chegava ao jornal com um telex proveniente de São Paulo, Rio de Janeiro ou Brasília com algum tipo de veto. Mesmo com a matéria na oficina, já na iminência de rodar, Lindenberg e seus colegas tinham que substituí-la por outro assunto. Essa operação dava trabalho, mas não arranhava o conceito que Portela tinha com os jornalistas. “Ele fazia aquilo até com certo constrangimento. Pedia desculpas. ‘Não posso fazer nada’(...) Era um coitado, um sujeito que cumpria ordens”.²⁰⁴

Apesar de cordial, Portela não deixava de ser um agente a serviço de um regime repressivo como foi a recente ditadura militar brasileira. Portanto, essas narrativas que descrevem o censor como uma figura compreensiva e propensa ao diálogo contribuem para construir uma imagem mítica de sua figura. E o mito, como reflete Portelli, em seu ensaio sobre o massacre de 151 civis em Civitella val di Chiana, na Itália, durante a ocupação nazista em 1944, não é uma narrativa unívoca, mas uma trama de oposições em que o indivíduo pode ser percebido tanto como representante do todo ou como alternativa ou exceção ao todo.²⁰⁵ Nesse sentido, o figurino linha-dura de Solange Hernandes parece se encaixar na primeira categoria como representante ou personificação do todo, enquanto o afável Portela, “sem jeito para repressor”, se enquadraria, pelo menos na percepção dos jornalistas que o conheceram, no grupo daqueles que se diferenciam do todo.

²⁰⁴Entrevista com Carlos Lindenberg. 18/04/2013.

²⁰⁵PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luta e senso comum. IN: AMADO, J; FERREIRA, M.M. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 123.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A censura política imposta pelos governos militares a veículos da imprensa baseados em São Paulo e Rio de Janeiro já conta com considerável conjunto de análises sobre o papel de jornalistas e censores, os conflitos, as capitulações, as negociações e concessões que caracterizaram as complexas relações entre Estado e Imprensa durante o regime militar.

As principais e mais influentes redações brasileiras concentravam-se naquele eixo. Desde os “jornalões” como O Estado de São Paulo, Jornal do Brasil e O Globo até os veículos da chamada imprensa alternativa, como o irreverente Pasquim, o sofisticado Opinião e o religioso O São Paulo, passando por uma jovem revista, a Veja, que, lançada em 1968, revolucionaria o modo de fazer esse tipo de publicação no Brasil.

Minas Gerais desempenhou papel decisivo no golpe de 1964, graças a uma bem urdida conjuração de empresários, profissionais liberais e militares, os chamados “novos inconfidentes”, e depois na sustentação do regime com a oferta de quadros políticos afinados com os chamados “ideais revolucionários”. Entretanto, a atuação dos jornais de Belo Horizonte durante o mais longo regime autoritário de nossa história republicana está longe de ser esmiuçada, incluindo a sua relação com a censura e seus executores.

Este trabalho representa uma incursão inicial pelo tema da censura aos jornais baseados em Minas a partir da visão de profissionais que aqui atuaram durante a vigência do AI-5. Considerada provinciana, a imprensa mineira não tinha – e continua não tendo – a influência e a penetração dos veículos de circulação nacional com sede no principal eixo econômico do país, mas nem por isso deixou de receber atenção vigilante do regime.

Em certos aspectos, o presente estudo sobre o cerceamento à imprensa mineira durante o AI-5 constatou práticas, desdobramentos e relações entre jornalistas e censores que se aproximam daqueles identificados por trabalhos já canônicos no país, desenvolvidos por autoras como Kushnir, Aquino e Smith. Um dos pontos convergentes é a mistura de acomodação e constrangimento que tende a marcar a complexa relação entre censores e produtores de bens simbólicos, incluindo aí jornalistas e jornais,

naquilo que Darnton define como um sistema cultural em que “o censor se torna um colaborador do autor e o autor um cúmplice do censor”.²⁰⁶

Gestos de resistência – ainda que estéreis – também caracterizam a relação entre censura e imprensa. Este, aliás, é um tipo de representação com o qual o jornalista prefere se identificar. É muito mais nobre se insubordinar contra o censor do que negociar com ele, ainda que a segunda opção fosse muito mais factível naquele momento. No imaginário dos homens e mulheres de imprensa, as receitas de bolo do *Jornal da Tarde*, os versos de *Camões do Estado de São Paulo*, os diabos de *Veja* ou a altivez do *Opinião*, que recorreu ao STF para se proteger das investidas autoritárias do regime, e outros atos de rebeldia contra a tirania se agigantam e eclipsam a cumplicidade cotidiana.

Sob a perspectiva da resistência, tudo indica que a imprensa mineira não teve muito do que se orgulhar. Aqui, em vez de publicar receitas ou poesias, o jornal católico *O Diário* preferiu informar que estava sendo censurado nas duas edições seguintes ao AI-5, outorgado em 13 de dezembro de 1968. No entanto, tal gesto não pode ser interpretado apenas como pura submissão. Como argumentou seu então diretor de redação, Manoel Hygino dos Santos, a decisão de estampar em sua primeira página os dois avisos de censura pode ter sido uma forma de sinalizar ao leitor que o jornal vivia um estado de exceção e que o que seria publicado a partir dali talvez não refletisse a política editorial do veículo.

O Diário, por sinal, é exemplo de como resistência e cooperação coexistiram no embate entre Estado autoritário e imprensa. Pouco antes do AI-5, em novembro de 1968, o jornal posicionou-se como porta-voz da Igreja em seus protestos contra o regime que prendera quatro de seus representantes acusados de práticas subversivas. Muito provavelmente essa atitude custou ao jornal a invasão e a censura anunciada em primeira página logo após o AI-5.

Aos poucos, a prisão dos padres, assunto recorrente até a edição do AI-5, vai sumindo do noticiário até desaparecer por completo com uma nota insípida publicada por ocasião da soltura dos religiosos, já em fevereiro de 1969. Premido pelo AI-5, o jornal assumia, a partir de então, uma postura de franca cooperação com os interesses da ditadura, a ponto de reproduzir, em setembro daquele ano, um ofício em que a cúpula

²⁰⁶DARNTON, Robert. O significado cultural da censura.

militar de Belo Horizonte registrava sua gratidão pela colaboração prestada por O Diário.

Em outro veículo analisado, o Estado de Minas, a postura observada foi menos contraditória. Como revelam depoimentos como o do então editor de política, Roberto Elísio, o jornal não chegou a ter problemas com a censura, já que tratou de se render a outro tipo de controle, a autocensura, que em muitos casos chega a ser mais eficiente do que a censura formal, porque se instala silenciosamente nas mentes e não deixa vestígios materiais. Em artigo publicado na revista *Visão*, em 1973, portanto, ainda sob o impacto dos acontecimentos, o que justifica seu tom alarmista, o jornalista Zuenir Ventura já apontava os riscos dessa modalidade de interdição da liberdade de expressão.

Cada criador será o seu próprio censor. Essa hipótese, que poderia até ser confundida com a imagem de um paraíso sem censura, por falta do que censurar, seria na realidade um deserto sem cultura, por medo de criar. Seria o reino da autocensura. A substituição do aparelho ostensivo da censura pelo mecanismo interno da autorrepressão, com criador ousando cada vez menos, é o caminho mais rápido para levar a cultura ao estado tão sonhado por aqueles que pensam em revólver quando ouvem a palavra cultura: ao reino da ordem, do conformismo e da obediência – à paz dos cemitérios.²⁰⁷

No contexto da “distensão lenta, gradual e segura” da segunda metade da década de 1970, surge na imprensa mineira um novo personagem: o jornal *De Fato*, criado por jovens jornalistas inconformados com o ambiente em que se acomodaram os principais veículos. Aquele grupo teve alguma liberdade para pelo menos registrar que a censura ainda vigorava em alguns veículos. Não chegou a sofrer o peso da censura, mas viveu sob a égide do terror, que não deixa de ser também uma forma de cerceamento da liberdade de expressão.

Antes de iniciar e até mesmo em boa parte do desenrolar deste estudo, cheguei, em alguns momentos, a duvidar da relevância de se pesquisar a censura à imprensa de Minas Gerais durante a vigência do AI-5 por imaginar que aqui ela teria sido quase inexistente, branda, ou que os veículos locais foram incapazes de oferecer algum tipo de resistência ao poder autoritário. Ao final da empreitada, concluo que, em certa medida, algumas das minhas suposições faziam sentido: a censura aqui foi mais amena, e a imprensa, em especial o seu veículo mais importante, se moldou facilmente àquele

²⁰⁷ VENTURA, Zuenir. A falta de ar. IN: GASPARI, Elio; HOLLANDA, Heloisa Buarque de; VENTURA, Zuenir. 70/80: Cultura em trânsito. Da repressão à abertura. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000, p.55

cenário autoritário. Resistência, como enfatizou o jornalista Carlos Lindenberg, foi um elemento isolado nessa história.

Era muito dócil a imprensa. Jornais, televisão, rádio. Tudo muito dócil. É provável que tenha havido um episódio isolado de resistência de algum jornalista aqui e ali, uma questão qualquer. Mas era muito dócil.²⁰⁸

Felizmente, a hipótese mais angustiante para um pesquisador, a da irrelevância do tema, não se confirmou. Afinal, não pode ser inexpressivo um assunto de viés tão maniqueísta e, por conseguinte, apaixonante, que, como sustenta Darnton, “lança os filhos da luz contra os filhos das trevas”.

Sua história [a da censura] é um registro de conflito e acomodação num terreno sempre em mutação. Tem seus momentos de tragédia e de heroísmo, é claro, mas geralmente acontece em áreas nebulosas e obscuras, onde a ortodoxia se esbate em heresia e rascunhos fixam-se como textos impressos.²⁰⁹

Fica a certeza de que permanece o desafio de se iluminar essa zona cinzenta.

²⁰⁸Entrevista com Carlos Lindenberg. 18/04/2013

²⁰⁹DARNTON, Robert. O significado cultural da censura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros, artigos acadêmicos, dissertações e teses

- ABREU, Alzira Alves de. A mídia brasileira na transição democrática. Caxambu. 2004
- ALBERTI, Verena. Manual de história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, 236p.
- ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. 1968-1976: Veja sob censura. São Paulo: Jaboticaba, 2009, 351p.
- AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, imprensa, estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência. O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: Edusc, 1999, 269p.
- BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembrança de velhos. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979, 484p.
- _____. O tempo vivo da memória – ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, 219p.
- CARRATO Ângela. A “amena” casa de Assis. Papel e atuação do jornal Estado de Minas na década de 60. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, 1996, 144 p.
- CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola. Na tessitura da cena, a vida. Comunicação, sociabilidade e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997, 308p.
- _____. De Fato, um (novo) sujeito político na cena mineira. In: Comunicação & Política, v.12, nº21, 1992, p.63-89
- COSTELLA, Antônio F. O controle da informação no Brasil. Petrópolis. Editora Vozes, 1970, 156p.
- DA MATTA, Roberto. Relativizando – uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, 246p.
- DARNTON, Robert. O significado cultural da censura: A França de 1789 e a Alemanha Oriental de 1989. Revista Brasileira de Ciências Sociais, ano 7, nº 18, 1992, p 5-17
- DREIFFUS, René. 1964: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981, 814 p.
- FAGUNDES, Coriolano de Loyola. Censura e liberdade de expressão: tudo sobre a censura aos meios de comunicação no Brasil e no mundo; censura e imprensa e o caso Watergate. São Paulo: Editau, 1974, 397p.
- FALCON, Francisco J. Calazans. História e representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. Representações: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papyrus, 2000, p.41-98

- FARIA, Maria Auxiliadora; FRICHE, Flávio; GUIMARÃES, Manoel Marcos. José Mendonça: a vida revelada. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2009, 155p.
- FICO, Carlos. Prezada censura: cartas ao regime militar. Topoi – Revista de História. Nº 5. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002, p.251-283
- GASPARI, Elio; HOLLANDA, Heloisa Buarque de; VENUTUR, Zuenir. 70/80 Cultura em trânsito. Da repressão à abertura. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000, 332p.
- GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, 417p.
- _____A ditadura escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, 507p.
- KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa. Edusp. São Paulo, 2003, 441p.
- KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo. Boitempo Editorial, 2004, 408p.
- LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Editora da Unicamp, 1990, p.525-541
- LINHARES, Joaquim Nabuco; CASTRO, Maria César Pimenta Spínola. Itinerário da imprensa de Belo Horizonte: 1895-1954. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995, 612p.
- LIMA, Patrícia Souza; PAULA, Sérgio Goes de. Observatório da Imprensa, ano 17, nº 731, disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/alm100620032p.htm>.
- LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Usos & abusos da história oral (orgs). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.15-31.
- MACHADO, José Antônio Pinheiro. Opinião x censura. Momentos da luta de um jornal pela liberdade. Porto Alegre: L&PM Editores, 1978, 163p.
- MÁRQUEZ, Gabriel García. Viver para contar. Rio de Janeiro: Record, 2003, 474p.
- MARTINS, Tião; SENA, Alberto. Passos de uma paixão: Dídimo Paiva e a dignidade no jornalismo. Belo Horizonte: Conceito Editorial, 2011, 190p.
- MEIHY José Carlos Sebe Bom. Manual de História Oral. São Paulo: Edições Loyola, 1996, 86p.
- POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p.3-15.

- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luta e senso comum. IN: AMADO, J; FERREIRA, M.M. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p.103-130
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In _____(org). Culturas política na história. Belo Horizonte: Argumentum, 2000, p13-37.
- _____. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. Topoi, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p.62-85
- NAVA ROSA. Sob o signo da censura: nascimento e morte do jornalismo interpretativo do Brasil. In: MELO, José Marques de Melo. Síndrome da mordação, São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, 2007, p.101-130
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História – Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, PUC-SP, nº 10, 1993, p.12-28.
- RABELO, Ernane C. De fato: o jornal que enfrentou a censura em Minas Gerais. In: MELO, José Marques de (org). Síndrome da mordação: mídia e censura no Brasil. São Paulo: Editora Metodista Digital, 2007, p.237-250
- RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Editora Unicamp, 2007, 535p.
- ROUSSO, Henri. A memória não é mais o que era. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Usos & abusos da história oral (orgs). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.93-101.
- _____. O arquivo ou o indício de uma falta. Revista de Estudos Históricos, Vol. 9, nº 17, 1996, p-85-91.
- SILVA, Camila Gonçalves. A censura veste farda: elites conservadoras, policiais militares e o consentimento da imprensa escrita à censura, durante o governo militar em Montes Claros de 1964-1985 (dissertação de mestrado em História). Juiz de Fora: UFJF, 2011, 215p.
- SMITH, Ane-Marie. Um acordo forçado. O consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, 206p.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 4, n. 10, jun. 1989, p. 21-43
- SOUZA CASTRO, José de. Sucursal das incertezas – A história vista por um jornalista dos tempos do telex ponta a ponta. 2007, 219p.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964. Petrópolis: Vozes, 1986, 375p.

THOMPSON, Paul. A voz do passado – história oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992, 385p.

VENTURA, Zuenir. A falta de ar. IN: GASPARI, Elio; HOLLANDA, Heloisa Buarque de; VENTURA, Zuenir. 70/80: Cultura em trânsito. Da repressão à abertura. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000, p.52-85

_____. 1968: o ano que não terminou (edição revisada). São Paulo: Editora Planeta, 2008, 284p.

Arquivos

Arquivo Público Mineiro: Arquivo da Polícia Política (Dops).

Arquivos de Cultura Contemporânea – docvirt.com

Brasil Nunca Digital. Disponível em <http://bnmdigital.mpf.mp.br>

Documentos Revelados. Disponível em <http://www.documentosrevelados.com.br>

National Archives and Records Administration, College Park, MD

Blogs e sites

DOYLE, Fábio. A censura sempre existiu. E ainda existe. Disponível em http://fabiopdoyle.zip.net/arch2013-06-09_2013-06-15.html. Consultado em 14/06/2013.

Livejournal. Meningite: um crime da ditadura brasileira. 11/03/2009. Disponível em <http://vozdissonante.livejournal.com/56761.html>

Jornais e revistas

Correio da Manhã

De Fato

Diário da Tarde

Diário Oficial da União

Estado Minas

Istoé

Jornal de Minas

Jornal do Brasil

O Diário

O Estado de São Paulo

O Globo

Veja